

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

ELBA ROSANY MIRANDA SOARES DE MELO

**O OLHAR DE DOCENTES EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE A RELEVÂNCIA DA
PESQUISA PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL**

VITÓRIA
2014

ELBA ROSANY MIRANDA SOARES DE MELO

**O OLHAR DE DOCENTES EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE A RELEVÂNCIA DA
PESQUISA PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Ms. Mirian Cátia Vieira Basílio

VITÓRIA
2014

ELBA ROSANY MIRANDA

**O OLHAR DE DOCENTES EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE A RELEVÂNCIA DA
PESQUISA PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof^a. Ms. Mirian Cátia Vieira Basílio - Orientadora

Prof^a. Ms. Camila Lopes Taquetti

Prof^a. Ms. Camila Valadão

Para meu Amado e lindo JESUS,
minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo fôlego de vida, à Nelba Miranda Rosario, Davi Rosario dos Santos e Fabrício Soares de Melo, símbolo de luta, amor, carinho, cumplicidade, aconchego, afetos e alegrias.

Agradeço a Prof.^a Ms. Mirian Cátia Vieira Basílio, minha orientadora, que com toda paciência e grande sabedoria me auxiliou no desenvolvimento deste trabalho. Também agradeço aos demais professores do curso de Serviço Social e funcionários da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo que muito contribuíram para meu processo de formação.

As minhas amigas Flávia Tereza e Mariele Simone pela amizade, compreensão e companheirismo, minhas companheiras sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui. Não posso deixar de agradecer a minha querida Jamilly Siller Lahass, obrigada pelas palavras de incentivo.

A minha supervisora de estágio, Ely Porto, com quem pude aprender tanto e trocar experiências muito enriquecedoras.

O essencial é o saber ver;
Saber ver sem estar a pensar;
Saber quando vê
E nem pensar quando se vê
Nem ver quando se pensa.
Mas isso (triste de nós que
trazemos a alma vestida!)
Isso exige um estudo profundo,
Uma aprendizagem de desaprender.

(Poema, Pessoa, 2006)

RESUMO

Este estudo faz uma reflexão sobre a relevância da pesquisa para docentes e alunos de Serviço Social, iremos abordar a importância da pesquisa nos espaços acadêmicos e a relevância da mesma para a formação de discentes comprometidos com a prática investigativa. Iniciaremos este estudo com a contextualização sobre o surgimento da profissão no Brasil e em seguida faremos uma análise da importância da prática da pesquisa científica no Serviço Social. No decorrer apresentaremos entrevistas realizadas com docentes assistentes sociais de uma instituição de ensino superior privada, onde os mesmos enfatizam as possibilidades, limites e desafios encontrados para a realização da pesquisa como produtora de conhecimento científico. O trabalho se caracteriza como pesquisa exploratória, para análise dos dados obtidos utilizamos o método qualitativo. É válido ressaltar que no desenvolvimento do mesmo, abordaremos a importância da pesquisa nos espaços acadêmicos e nos espaços de trabalho dos assistentes sociais, assim, trataremos da importância da atitude investigativa, onde a realização desta atividade oferecer clareza para as respostas apresentada pelos usuários, trazendo uma melhor compreensão e apreensão para suas intervenções e contribuindo para a formação de futuros profissionais.

Palavras-chave: Desafios. Pesquisa. Serviço Social. Prática Profissional.

ABSTRACT

This by relevance Seach and gives scientific produção the Social work of knowledge not, we will address Research on or after emergence in historical da da Pffessiona Brazil followed practice importance Research not to Social Work scientific research. Be secondary to not give interviews using apresentaremos teachers enfatizam Static and limits for Seach such as scientific Production of knowledge. Characterized as an exploratory research, for two dice abordagem obtidos use or qualitativo method. the worth not competencies we board a relevant Seach us Espacos academics and the social-ocupacionais instance and try giving importance given investigative attitude in the Assistant the social, onde to desta no by relishing finalidade clarity users attribute.

Keywords: Challenges. Research. To Social Work. Professional Tractice

LISTA DE SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBCISS- Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CEAS- Centro de Estudos de Ação Social de São Paulo

CE- Código de Ética

CNS - Conselho Nacional de Saúde

DC - Desenvolvimento de Comunidade

EUA - Estados Unidos da América

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MINTER - Mestrado Interinstitucional

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PUC- RJ- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC- Serviço Social do Comércio

SESI- Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 23 |
| 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL | 23 |
| 2.2 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL..... | 37 |
| 3. METODOLOGIA..... | 53 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA..... | 57 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 65 |
| REFERÊNCIAS..... | 71 |
| APÊNDICE A..... | 75 |
| APÊNDICE B..... | 77 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o olhar de docentes em Serviço Social sobre a relevância da pesquisa para a prática profissional.

O interesse pelo tema “pesquisa no serviço social”, se deu a partir da observação, como estudante do curso de Serviço Social da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, sobre os professores da área do Serviço Social da instituição e suas incessantes buscas por conhecimento científico. No cotidiano da sala de aula eu pude observar a sede insaciável dos mesmos por conhecimentos que lhes proporcionassem um rompimento com as práticas conservadoras, acríticas, rotineiras e burocráticas. E ainda, no meu cotidiano acadêmico ficou marcado o incentivo destes docentes para que os alunos possam perceber a “multiplicidade de possibilidades de atuação” (FRAGA, 2010, p. 47) dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, que requer do profissional um aprofundamento em estudos que lhe proporcionem sustentação as suas intervenções (FRAGA, 2010).

Deste modo, verifica-se que à pesquisa científica é um caminho que possibilita ao profissional pensar uma intervenção que supere as práticas conservadoras, além de sua relevância no cotidiano acadêmico, tal conhecimento possibilitará ao profissional a decifrar à realidade social e pensar e propostas de trabalho que possam atender as demandas cotidianas (IAMAMOTO, 2004).

A pesquisa na área do Serviço Social ganhou destaque com debates e produções a partir do Movimento de Reconceituação, por meio do processo de questionamento da atuação dos assistentes sociais frente às mudanças societárias, demandando um novo perfil profissional. O Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, encontra-se no processo de reprodução das relações sociais, coligado a capacidade de produzir conhecimento e constituir um olhar crítico da realidade apresentada (YAZABEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). “Pode-se concluir que articular a profissão a e realidade é um dos maiores desafios, pois, entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade” (IAMAMOTO, 2004, p. 55).

Verifica-se que os avanços conquistados pelo Serviço Social no decorrer da história da profissão possibilitaram o crescimento das pesquisas a partir da década de 1980, momento em que se iniciam no Brasil os programas de pós-graduação, onde a um

crescimento significativo dos estudos voltados para a classe trabalhadora. Estas pesquisas possibilitaram aos profissionais pensar em novas estratégias para o enfrentamento da questão social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

A partir destas reflexões verifica-se que a pesquisa tem um papel relevante na consolidação da profissão e na superação da visão acrítica e apolítica. A pesquisa permite construir uma prática que possibilitará o profissional a conhecer com profundidade o fenômeno que deseja intervir, levando o mesmo a pensar e repensar a prática profissional, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento e na construção de uma prática profissional que supere o imediato (SETUBAL, 2011).

Iamamoto (2004) em uma reflexão menciona que:

A ABEPSS¹, na formulação de sua proposta curricular mínima, reconhece ser a investigação e a capacitação continuada dos profissionais e professores requisitos indispensáveis para a qualificação de Assistentes Sociais conciliados com os novos tempos (IAMAMOTO, 2004, p. 57).

E ainda, a pesquisa científica e a produção de conhecimento poderá auxiliar ao profissional de Serviço Social criar uma intimidade maior com a história de vida do indivíduo, com o histórico na instituição de trabalho e com as políticas sociais que norteiam seu âmbito de trabalho (FRAGA, 2010).

Não só a pesquisa, mas a produção científica de um modo geral mantém íntima relação com a história de vida individual, profissional, social e política do agente pesquisador, que, por estar inserido num contexto social mais amplo, guarda, nas suas experiências, influências que incidem diretamente na sua forma de construir e olhar o objeto. Consequentemente, o objeto é construído a partir da visão de mundo que o pesquisador adota (SETUBAL, 2011, p. 43).

A pesquisa contribui também para o desenvolvimento intelectual do profissional, encaminhando o mesmo para a compreensão da realidade em sua totalidade. Para o assistente social, o desafio está em produzir conhecimento que proporcione a superação da visão imediata dos fatos, do aparente, através do questionamento da realidade. A pesquisa e o conhecimento da realidade, da historicidade, do espaço sócio-ocupacional aparecem como um instrumento básico para a organização e desenvolvimento do processo de intervenção da realidade social do usuário, deixando de ser apenas um pano de fundo da prática profissional, assumindo seu real papel (FRAGA, 2010).

¹ A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP. Esta importante entidade acadêmico-científica completou 66 anos em 2012.

As transformações da sociedade, que por vezes não se apresenta de imediato, exigem do profissional o compromisso de investigar e revelar o oculto, para que possa intervir de forma concreta e eficiente nas demandas apresentadas. A pesquisa desafiará o assistente social na superação da visão imediata dos fatos, do aparente, através do questionamento da realidade, trazendo clareza às demandas sociais na sua complexidade (YAZABEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Neste sentido, um estudo que busque problematizar sobre a relevância da pesquisa para o Serviço Social faz-se pertinente dado a sua possibilidade de gerar novas reflexões sobre a temática. O estudo também pode possibilitar que o olhar dos docentes sobre a pesquisa seja explicitado, o que poderá contribuir para a aproximação do real e para que as reflexões aqui geradas possam servir de base para debates e para a geração de novas perguntas sobre o tema.

Assim, partindo destas reflexões o objetivo geral do trabalho é refletir, sob o olhar de docentes em Serviço Social, sobre a relevância da pesquisa para a prática profissional. E como objetivos específicos: Identificar, sob o olhar dos docentes, a relevância da produção científica produzida no âmbito do Serviço Social; Compreender, sob o olhar dos docentes, os limites no cotidiano de trabalho do assistente social para a realização da pesquisa científica; Identificar contribuição de docentes de Serviço Social para a formação de profissionais comprometidos com a prática investigativa e Identificar ações de docentes para a formação de discentes comprometidos com a prática investigativa.

Para melhor compreensão, este trabalho de conclusão de curso foi organizado da seguinte forma:

Primeiramente, apresentaremos no primeiro tópico do trabalho uma contextualização sobre o processo de surgimento do Serviço Social no Brasil buscando compreender as mudanças que a profissão teve ao longo do processo de desenvolvimento, e, como a mesma, se apresenta no cenário contemporâneo.

Discutiremos, então, no segundo tópico sobre a importância da pesquisa científica no Serviço Social buscando destacar a pesquisa sobre a realidade social como algo indissociável do exercício profissional.

Em seguida, no terceiro tópico apresentaremos a metodologia, onde poderá ficar claro para o leitor o caminho trilhado pela pesquisadora para se chegar ao objetivo proposto.

No quarto tópico do trabalho, abordaremos os resultados, onde apresentamos o conteúdo coletado, a partir das entrevistas realizadas com os docentes.

Nas considerações finais procuramos pensar nos desdobramentos que os resultados obtidos na pesquisa podem gerar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: 2.1) Contextualização sobre o processo de surgimento do Serviço Social no Brasil; 2.2) A importância da pesquisa científica no Serviço Social.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo buscaremos refletir sobre o processo de surgimento do Serviço Social no Brasil, com o objetivo de compreender as mudanças que a profissão teve ao longo do processo de desenvolvimento e como a mesma se apresenta no cenário contemporâneo.

O Serviço Social enquanto profissão surgiu no cenário brasileiro a partir de grupos provenientes das classes dominantes, expressas através da igreja católica, no início dos anos 1930. Nesse momento, o país se encontrava em um processo de intensificação da industrialização, com vista ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Esse processo de transição se dá a partir da progressiva consolidação de um pólo industrial e do crescimento numérico do proletariado nos grandes centros urbanos e industriais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Martinelli (2003) ressalta que, nesse momento, o país vivia um processo de transformações socioeconômicas que ocasionaram em mudanças da atividade agroexportadora para o modelo urbano industrial:

A acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do pólo e na vinculação da economia ao mercado mundial. O processo revolucionário em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 20 vinha exigindo uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional. A repressão policial, típica da 1.^a República, através da qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já não se mostrava mais eficaz (MARTINELLI, 2003, p. 122).

Nesse contexto, o Serviço Social tem seu surgimento como parte de um movimento social vinculado à necessidade de formação de cunho doutrinário e social do laicato, com a tarefa de recristanização da sociedade, através de grupos sociais básicos, especialmente a família. O assistente social tinha o papel de realizar ações doutrinárias e organizativas, com objetivo de harmonizar as classes em conflito por

meio do comunitarismo cristão, uma forma de conter os “problemas sociais” inerentes ao processo de transição (IAMAMOTO, 2002).

Nesse contexto histórico, os grupos de classes dominantes e a igreja apontavam que a “questão social” antes de ser um problema econômico e político era uma questão moral e religiosa, voltando-se o serviço social para uma ação de “seguimento moral da família operária”, uma tarefa realizada por militantes especialmente femininas do movimento católico (IAMAMOTO, 2002, p. 19). A mesma autora aponta que:

[...] o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo. Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de seguimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as “massas atomizadas social e moralmente”, busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano (IAMAMOTO, 2002, p.19).

Iamamoto (2002), ao realizar uma reflexão sobre a profissão descreve que o Serviço Social aparece como uma alternativa profissionalizante “às atividades de apostolado social. A Ação Social e a Ação Católica se tornam uma das fontes de procura por recrutamento desses profissionais” (IAMAMOTO, 2002, p. 20). As atividades profissionais dos assistentes sociais eram uma forma de intervenção ideológica na vida dos trabalhadores, com base na assistência, enquadrando-os nas relações sociais e reforçando a colaboração entre capital e trabalho. As ações também tinham caráter educativo entre as famílias trabalhadoras, numa perspectiva não apenas curativa, mas, preventiva dos problemas sociais, um tratamento de cunho doutrinário e moral baseado no Serviço Social europeu, onde o profissional tratava o indivíduo como cliente.

Segundo Martinelli (2003), o aumento do proletariado urbano e do seu processo organizativo eram vistos com muita apreensão pela burguesia, o que exigia uma rápida atitude por parte da mesma:

Unindo-se ao Estado e à Igreja, com poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias com força disciplinadora e desmobilizadora do movimento do proletariado. Porém, os antagonismos que marcavam as relações sociais do sistema capitalista e que penalizavam o trabalhador e sua família já não admitiam mais recuos. A luta de classes se impunha como uma realidade irreversível, determinando um quadro social marcado pela permanente tensão. A República Velha estava

desmoronando e teve seu fim com o movimento político-militar de 1930 (MARTINELLI, 2003, p.122).

Deste modo, com o intenso crescimento das indústrias e das demandas sociais surge a necessidade por parte das classes dominantes, da abertura do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) em 1932, “[...] que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social” (MARTINELLI, 2003, p. 123). Considerado como "manifestação original do Serviço Social no Brasil, com o incentivo e sob o controle da hierarquia, o CEAS aparece como necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica" (MARTINELLI, 2003, p. 123). O início das suas ações será a partir de “Cursos Intensivos de Formação Social para Moças” ofertado pelas Cônegas de Santo Agostinho, e, tinha como objetivo:

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais [...] e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (CENTRO DE ESTUDOS DE AÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 179).

Aguiar (2011, p. 43) destaca ainda que:

O curso foi dirigido por Mademoiselle Adèle de Loneaux, professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas. E a finalidade básica do CEAS é “o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz”.

Logo após ao surgimento do CEAS foi criada em São Paulo, no ano de 1936, a primeira Escola de Serviço Social do Brasil. A formação do Serviço Social mantém seu caráter voltado para uma ação educativa e organizativa. Entre os trabalhadores, o discurso humanista herdado da filosofia aristotélica-tomista preserva o caráter de uma profissão a “serviço do homem” (IAMAMOTO, 2002).

Aguiar (2011, p. 43) menciona sobre a fundação das primeiras escolas de Serviço Social que:

[...] o CEAS envia para a Bélgica duas sócias, para cursarem a escola de Serviço Social e, quando voltam ao nosso país, ultimam os preparativos para o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil, que se instala em 15 de fevereiro de 1936. Um dos motivos básicos para a fundação da escola foi a necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica.

Como define Maria Ozanira da Silva e Silva (1995) o objeto de estudo do Serviço Social na época era:

[...] o homem carente, e seus objetivos estavam mais direcionados para o atendimento da pobreza, através da assistência, prestação de serviços e orientação individual, sendo seus conhecimentos baseados no neotomismo, expressos pelo ensino das encíclicas e pela moral, pela filosofia e pela religião. Sendo sua prática operada basicamente pelas técnicas da entrevista e da visita domiciliar. A formação profissional, apresentava-se então um cunho doutrinário e religioso (SILVA, 1995, p. 10).

Ainda sobre a base que fundamentava as ações do Serviço Social “[...] sofre uma influência indireta da corrente neo-tomista de caráter conservador, ortodoxo e tradicionalista, sua prática era à assistência, através do método de serviço social de caso” (AMMANN, 1984, p. 146). Vale ressaltar, que a partir da década de 1940 o Serviço Social recebeu influência teórico-metodológica dos Estados Unidos a partir dos métodos de caso, grupo e comunidade. Sua intervenção passa a basear-se na perspectiva funcionalista, “[...] um processo de participação do homem como beneficiário e como agente do desenvolvimento” (AMMANN, 1984, p. 146).

Segundo Ammann (1984, p. 146):

Os métodos tradicionais de caso, grupo e comunidade fornecem os critérios de operacionalidade, constituindo-se das elaborações teóricas do Serviço Social e de regras que devem nortear a prática, independentes de uma preocupação efetiva com o corpo teórico de que elas fazem parte. Esses métodos encontram-se inspirados numa visão automatizada da sociedade, que camufla os conflitos e as contradições entre classes e que interpela os indivíduos – isolada, grupal ou comunitariamente – como sujeitos responsáveis pelos problemas sociais.

Vale ressaltar que na década de 1940, o Brasil passava por intensas mudanças nos setores econômico, social e político, como menciona Andrade (2008, p. 269).

O capitalismo industrial no Brasil, a partir da década de 1940 começa a tomar contornos mais definidos. Através de uma política econômica e financeira, o Estado incentiva as indústrias, visando à expansão, organização do mercado interno, capitalização e acumulação do setor.

Nesse período, com a expansão da produção industrial intensifica-se a exploração da força de trabalho e logo, ocorre um aumento significativo nas manifestações por parte dos trabalhadores urbanos, “[...] exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado – a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 84).

As mudanças ocorridas internacionalmente afetaram diretamente o Brasil, nesse momento, os problemas políticos, sociais e econômicos eram de grande dimensão, Martinelli (2003) acrescenta que:

O movimento dos trabalhadores tornara-se cada vez mais organizado politicamente e o proletariado era uma presença marcadamente significativa no cenário social, não obstante todos os esforços em contrário da burguesia. A essa altura, a pobreza era um fenômeno mundial, de massa, exigindo medidas urgentes dos governantes e das autoridades ligadas à área social (MARTINELLI, 2003, p. 100).

Como resposta ao crescimento da industrialização, surge no país às instituições no campo assistencial e previdenciário, como uma forma de organização e controle da população, como destaca Iamamoto (2012, p. 84):

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Nesse momento, buscava-se “[...] garantir o “controle social” e a sua legitimação, o Estado Novo apoia-se na classe operária através de uma política de massa, capaz de proteger e, simultaneamente reprimir os movimentos reivindicatórios” (ANDRADE, 2008, p. 270).

Nesse sentido, a adoção de um novo suporte teórico-metodológico no Serviço Social, com base norte-americana, na década de 1940, apresentava-se como uma alternativa aos profissionais que careciam “[...] de um conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos necessários para responder as novas demandas” (ANDRADE, 2008, p. 270). A mesma autora ressalta que:

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940 coincidiram com o movimento de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Esse período representou o momento em que a profissão pode romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico e, a partir do e no mercado que se abriu com essas instituições, instaurar-se como uma categoria assalariada, fortemente atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado (ANDRADE, 2008, p. 270).

Nesse sentido, Vieira (1989) ressalta que as mudanças no contexto socioeconômico brasileiro foram as impulsionadoras para que a profissão buscasse respostas às novas demandas oriundas do crescimento industrial, pois, “[...] o Serviço Social, neste primeiro período, apresentava uma prática com características assistencialistas, centradas nos problemas do ajustamento individual, apoiando-se em valores confessionais e com atuação empírica” (VIEIRA, 1989, p. 145). A mesma autora destaca que nesse período os assistentes sociais não realizavam uma intervenção de caráter crítico, suas práticas eram fundadas no pensamento

conservador². Assim, as mudanças ocorridas no país na década de 1940, quando o mercado de trabalho passou a abrir suas portas para os assistentes sociais, contribuíram para que os profissionais superassem as suas origens conservadora e doutrinária, como menciona Andrade (2008, p. 271).

Até então, Serviço Social tinha por finalidade um projeto de recristalização da sociedade, orientada pela doutrina social da Igreja essencialmente anti-capitalista e anti-liberal. O caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral, abalados no nível das relações sociais.

O pensamento conservador e doutrinário passaram a ser questionados pelos próprios assistentes sociais, iniciando assim, um movimento interno dentro da profissão. Andrade (2008, p. 271) aponta que:

O pensamento conservador tornou-se pouco eficiente face às demandas da realidade. A mudança foi imposta para a própria sobrevivência do Serviço Social diante dos novos requerimentos sociais. Os padrões de eficácia do período doutrinário, que se baseavam em padrões morais – ser bom cristão era o suficiente – se mostravam precários diante do novo contexto social.

No período de 1942, o governo de Getúlio Vargas em função interesses políticos e econômicos, promoveu um estreitamento das “[...] relações com o governo norte americano de Roosevelt, que tinha como metas o fortalecimento do capitalismo, a luta contra o comunismo e a expansão de sua hegemonia sobre o continente americano” (ANDRADE, 2008, p. 272).

Nesse momento, no cenário internacional, “a luta foi travada entre grandes potências (Alemanha, França, Inglaterra, Japão e Estados Unidos) provocou o enfraquecimento de algumas nações e a supremacia dos EUA, que passou a demonstrar interesse pelos países latino americanos” (ANDRADE, 2008, p. 272). Deste modo, a autora ressalta que em 1945, o Brasil se encontrava atrelado aos EUA e ao imperialismo norte americano, que se difundia pelo país (ANDRADE, 2008). A mesma autora ainda menciona que:

[...] o Brasil ingressava em uma fase de crescimento industrial, favorecida pela privatização do abastecimento, pelo mercado externo, de manufaturas, ampliando, dessa forma, o mercado interno e propiciando, conseqüentemente, a emergência de uma nova burguesia industrial (ANDRADE, 2008, p. 275).

² O pensamento conservador, associado ao forte vínculo com a Igreja Católica, que foi tornando-se presença dominante no Serviço Social europeu, trouxe para a prática social, ainda com maior ênfase, a dimensão do controle, da repressão e do ajustamento aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa constituída (MARTINELLI, 2003, p. 116).

Vale ressaltar que a Europa encontrava-se em crise “[...] índices de desemprego cresciam e o pauperismo se generalizava” (MARTINELLI, 2003, p. 93), momento que a classe dominante esforçava-se na tentativa de recuperar a economia. Nos Estados Unidos, ocorreu um aumento migratório, o país construiu um império de atrações para trabalhadores empobrecidos e fora do mercado de trabalho. Ao longo desse período histórico, ocorre o amadurecimento no movimento dos operários e um processo de organização por parte deles, os trabalhadores passam a buscar respostas inerentes a “questão social” nos espaços sindicais (MARTINELLI, 2003). A autora aponta que “[...] tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, os grandes empresários chegaram a constituir políticas particulares para vigiar os trabalhadores no sindicato e na própria fábrica” (MARTINELLI, 2003, p. 95).

Vale ressaltar, sobre o contexto sociopolítico e econômico do Brasil que:

Nesse contexto, em plena ditadura varguista, o governo brasileiro vai criar em 1942 a Legião Brasileira de Assistência – LBA, primeira instituição assistencial de porte nacional para atender às famílias dos expedicionários brasileiros que foram chamados à Segunda Guerra Mundial. Ainda nessa década são fundadas também as grandes instituições sociais patronais que irão configurar o que hoje é conhecido como *Sistema S* – Sesi, Senai, Sesc. Terminada a guerra, a LBA se volta para a assistência à maternidade e à infância, iniciando a política de convênios com instituições sociais no âmbito da filantropia e da benemerência. Caracterizada por ações assistencialistas e de prestação de auxílio emergenciais e paliativos à miséria, vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino. Cunha-se nesse contexto a figura emblemática do “primeiro-damismo” (persistente até os dias atuais), que tem sua origem vinculada à presidência de honra da LBA assumida pela primeira-dama, Darcy Vargas (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 13-14, grifo do autor).

No cenário nacional e internacional a partir de 1945/1947 os assistentes sociais sentiram a necessidade “[...] de uma elaboração teórica própria, pautada em critérios técnicos e científicos, que transmitisse eficácia à ação” (ANDRADE, 2008, p. 275).

A profissão amplia suas áreas de ação, assume um lugar na execução das políticas sociais públicas e, a partir daí, tem seu desenvolvimento vinculado às requisições de um Estado que passa a intervir nas relações sociais pela mediação de políticas no campo social. Há então uma reorganização da profissão, que para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista avança na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos e sistematizar seu espaço sócio-ocupacional. Esse processo mantém a profissão no caminho do pensamento conservador pela junção do discurso humanista cristão com um suporte técnico-científico de base positivista (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 14).

No fim da década de 1940 o Serviço Social tem seu reconhecimento como uma profissão liberal pelo Ministério do Trabalho³, através da portaria nº 35 de 19 de abril de 1949. No entanto, a profissão tem seu processo de trabalho vinculado às instituições públicas e privadas, desempenhando como uma de suas funções a implementação de políticas e programas sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), o que historicamente faz com que a atuação do profissional não assuma a feição de uma profissão liberal.

Nesse momento, o Serviço Social latino-americano se apropriou das técnicas funcionalistas da Sociologia norte-americana, como “[...] forma de instrumentalizar a investigação e a intervenção da realidade social” (ANDRADE, 2008, p. 279).

A América no Norte passou a ser o novo “empório” de ideias, a nova referência de modelos e ações, inclusive no sistema de bem-estar-social. Este fato, inevitavelmente, atingiu também o Serviço Social brasileiro, que buscou, no correlato norte-americano, desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional. [...] a concepção funcionalista, o controle social exercido pressupunha a integração do indivíduo ao bom funcionamento de uma sociedade proposta pela classe dominante. Era enfatizado o trabalho com grupos, quer para interação, quer para fins terapêuticos, de forma a conseguir a melhor adaptação do indivíduo ao seu meio. O modo funcionalista de pensar, investigar e intervir na realidade social ganhou força porque, culturalmente, correspondia aos interesses da ordem e da lógica burguesas instauradas na sociedade civil e no Estado brasileiro (ANDRADE, 2008, p.275- 279).

Como a instauração dessa união entre o Brasil e os EUA acontece “[...] a participação de assistentes sociais brasileiros em congressos interamericanos de Serviço Social e concessão de bolsas de estudos” (ANDRADE, 2008, p. 275), tornou-se uma realidade.

A forte influência norte-americana teve seu início com a “[...] difusão de base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente de Comunidade” (ANDRADE, 2008, p. 280). O Serviço Social de Comunidade apresentava características que objetivava o ajustamento social do indivíduo, o que iria contribuir para o controle e realização de um trabalho social com os mesmos, possibilitando para o crescimento econômico

³ No plano legal, essa legitimação se traduz pela Lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953 (regulamentada em 1954), que estatui em nível federal os objetivos do ensino de Serviço Social, sua estruturação e as prerrogativas dos diplomados. A Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, confere o monopólio do exercício da profissão aos portadores de diploma. O Decreto – lei n. 994, de 15 de maio de 1962, regulamenta a lei, definindo requisitos, atribuições, prerrogativas dos profissionais, CEAS, CRAS etc. (CENTRO DE ESTUDOS DE AÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p 362, notas).

do Brasil. Sendo assim, uma forma de “[...] aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneada pelos Estados Unidos” (ANDRADE, 2008, p. 283). A mesma autora ainda destaca que:

O Desenvolvimento de Comunidade foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica America (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres tem maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista. Daí, a busca de estratégias, como a implementação de DC (ANDRADE, 2008, p. 283).

Entre os anos de 1950-1960 o Serviço Social tem o aumento no número de escolas e a incorporação de novas funções no âmbito de trabalho, passando a atuar na coordenação, no planejamento e administração de programas sociais, o que mostra um salto quantitativo e qualitativo, que demanda maior sistematização teórica e técnica dos profissionais naquele momento (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELLIS, 2008).

Vale lembrar que na década de 1960 o Brasil vivenciava a Ditadura Militar, momento que o país passava por um contexto de desenvolvimento do padrão capitalista, quando se registrava amplos movimentos reivindicatórios das classes subalternas. Netto (2005, p. 7) menciona que:

O tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista, tanto nas suas áreas centrais quanto periféricas, ganhou uma nova dinâmica e gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses imediatos. Registraram-se, então, amplo movimento para direcionar os ônus da desaceleração do crescimento econômico – começam a se configurar reivindicações referenciadas a categorias específicas (mulheres, jovens, negros, emigrantes), à ambiência social e natural (a cidade, o equipamento coletivo, a defesa dos ecossistemas), os direitos emergentes (ao prazer, ao lazer, à educação permanente) etc. Nas suas variadas expressões, aqueles movimentos punham em questão a racionalidade do Estado burguês, suas instituições e, no limite, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida; em todos os caos, recolocavam na agenda as ambivalências da cidadania fundada na propriedade (privada) e redimensionavam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas.

A ditadura implantada em 1964 deixou uma herança catastrófica para a população brasileira, porém, foi nesse período que o Serviço Social brasileiro iniciou o processo de Renovação na profissão.

Nos anos 1960 os profissionais começam a questionar suas práticas e referenciais teóricos de raiz conservadora. Este período se expressou, no meio profissional latino

americano, como o Movimento de Reconceituação⁴, um marco decisivo no desenvolvimento do processo de revisão crítica do Serviço Social.

Nos anos 1960 a profissão questiona seus referenciais e assume as inquietações e insatisfações de uma conjuntura histórica de intenso movimento político-cultural que reúne profissionais, intelectuais, trabalhadores, segmentos médicos e das classes populares em torno da luta antiimperialista na devesa de projetos de transformação social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELLIS, 2008, p. 16).

Silva (1995) afirma que:

Movimento de Reconceituação no Serviço Social reconhece-se o salto qualitativo dado pelos profissionais, principalmente ao assumirem uma posição político-ideológica, percebendo a dimensão política da prática profissional, bem como a busca de uma compreensão global da realidade (SILVA, 1995, p. 44).

Na década de 1960 e ao longo de 1970, “[...] o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS⁵) promoveu vários “seminários de teorização do Serviço Social” (Araxá, Teresópolis, Sumaré)” (NETTO, 2005, p. 17, notas). O objetivo dos seminários era debater e estimular a realização de pesquisas e estudos e a “[...] ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão” (SILVA, 2002, p. 72), trazendo repostas aos questionamentos dos profissionais e “[...] às exigências do processo social” (SILVA, 2002, p. 73).

Silva (2002, p. 72) ainda ressalta que:

[...] o Movimento de Reconceituação do Serviço Social constitui-se no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especialidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica da acumulação capitalista.

Desta maneira, com o processo de ruptura o Serviço Social passa a direcionar sua atuação de uma forma crítica, teórica e prática rompendo com o tradicionalismo, passando a investir na organização da categoria profissional e na formação acadêmica, fortalecendo uma articulação nacional, que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum representativo da categoria profissional.

⁴ O Movimento de Reconceituação impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELLIS; 2008, p. 16).

⁵ O CBCISS, além de desenvolver pesquisas sobre temas sociais relevantes em função dos seus objetivos, realiza pesquisas por solicitação de outras instituições atendendo as demandas específicas dos contratados. O CBCISS com existência desde 1946 (NETTO, 2005, notas).

Quanto á formação acadêmica passou a construir um currículo de âmbito nacional e consolidar os programas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado (NETTO, 2005).

Iamamoto (2004, p. 205) aponta que o movimento de Reconceituação “representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente”. A partir da década de 1960 teve início um processo participativo dos profissionais, com surgimento dos debates, fóruns, conferências, seminários, entre outros eventos de importância primordial para evolução e aprimoramento do Serviço Social no Brasil, um momento de amadurecimento da profissão, onde os profissionais passam a ter uma postura mais crítica, questionadora, investigativa, propositiva e interventiva frente às demandas derivadas do antagonismo entre capital e trabalho. Os esforços no processo de ruptura renderam frutos à profissão, em se tratando de sua consolidação acadêmica, nos anos 1980, com a Intenção de Ruptura no Serviço Social.

Iamamoto (2004) destaca que no período da Reconceituação ocorre uma aproximação com a tradição marxista, através dos profissionais militantes. No entanto, “foi a aproximação a um marxismo sem Marx” (IAMAMOTO, 2004, p. 211).

A autora aponta que:

[...] a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórico e prático com a tradição profissional, as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes (IAMAMOTO, 2004, p. 210).

No entanto, vale ressaltar, que apesar dos equívocos gerados pela aproximação do marxismo dito "vulgar", nesse momento, a profissão já apresentava as bases teóricas, metodológicas e éticas para a formação de profissionais comprometidos para o exercício profissional. Iamamoto (2004) destaca que as conquistas do Serviço Social resultaram na promulgação do “[...] Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” (IAMAMOTO, 2004, p. 50).

Netto (2005), ao realizar uma reflexão sobre o movimento de reconceituação do Brasil e a ruptura com o “Serviço Social tradicional” menciona que:

É precisamente este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política. É este “Serviço Social crítico”, ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o *espírito* da Reconceituação e não há nenhum exagero em afirmar que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria (NETTO, 2005, p. 18, grifo do autor).

Assim, estas conquistas conformam o projeto Ético Político do Serviço Social, construído a partir das lutas históricas de profissionais e da sociedade civil através dos movimentos sociais desde a crise da ditadura militar em “[...] um contexto de ascensão dos movimentos sociais em busca da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988” (IAMAMOTO, 2004, p. 50), momento em que a categoria é questionada em suas intervenções de cunho conservador, passando a se comprometer com os interesses da classe trabalhadora e com as demandas oriundas da complexa relação entre capital e trabalho.

Nos anos 80 buscou-se uma compreensão crítica da pobreza. Através da prática e estudos qualificados procedeu-se a sua desmontagem e buscou-se apreendê-la por dentro. Ganha-se, aí um novo patamar de compreensão (SPOSATI, 1995, p. 18).

A partir dos anos de 1990, o projeto ético-político da profissão se consolidou, nesse período, ocorreu uma significativa ampliação na produção de conhecimento, momento que foi explicitado uma maturidade dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2004).

Iamamoto (2004, p. 51) ressalta que:

[...] o Serviço Social deu um salto qualitativo em sua autoqualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário área.

Deste modo, a consolidação da Lei n.8.662 de 1993 nasce de uma conquista histórica pelo reconhecimento e legitimação da profissão no Brasil.

[...] o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente (BRASIL, 2010).

Na Lei que regulamenta a profissão, no seu Art. 5º encontramos as atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 2010).

Verifica-se a partir daí que o Serviço Social se desenvolveu e se estabeleceu como uma profissão reconhecida e consolidada no setor público e privado. A profissão no decorrer dos anos rompeu com o passado conservador tradicional, se firmando através do Código de Ética Profissional do Assistente Social, da Lei que Regulamenta a Profissão e das novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (IAMAMOTO, 2012).

No entanto, apesar de todas as conquistas que a profissão de Serviço Social teve aos longo dos anos:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e constituir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de

demandas emergentes no cotidiano. Ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Neste sentido, Barroco (2011) menciona que é necessário que a categoria esteja unida “[...] com as entidades de representação, as unidades de ensino, os professores e alunos” (BARROCO, 2011, p. 212). E ainda, é preciso articulação com os partidos políticos, sindicatos que representam a classe trabalhadora e os momentos sociais em defesa dos direitos da sociedade civil.

Considerando que neoconservadorismo aparece como uma forma de controle social, com o intuito de gerar competitividade, precarização das relações de trabalho, onde o profissional é contratado com a tarefa de “[...] executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamento político” (BARROCO, 2011, p. 213).

A mesma autora ainda menciona que:

O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo reeditando o conservadorismo profissional, e não atender às novas requisições do Estado político, para não incorporá-las exercendo a coerção. Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária (BARROCO, 2011, p. 214).

Nesta direção a produção de conhecimento científico e a pesquisa interventiva poderão servir como respostas para o rompimento com o pensamento acrítico, e a assimilação de práticas conservadoras entre os profissionais. A prática da pesquisa poderá contribuir para a proposição de propostas de trabalho que superem as ações cotidianas “[...] presentes no ideário pós-moderno, que negam a universalidade dos direitos, a perspectiva da totalidade, à luta de classes, o trabalho, o marxismo, afirmando um pluralismo apoiado no ecletismo e na relativização de verdade objetiva” (BARROCO, 2011, p. 214).

Nesse sentido, torna-se necessário que às instituições de ensino no processo de transmissão de conhecimento formem profissionais capazes de realizar uma intervenção embasada no pensamento crítico e consolidada pelo Projeto Ético Político, pela Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº. 8.662/93) e pelo Código de Ética Profissional, que fundamentam a prática profissional dos assistentes sociais nos campos de trabalho. Nesta direção, a pesquisa é vista como um importante instrumento que poderá contribuir com uma intervenção profissional comprometida com a análise do real.

No próximo capítulo buscaremos refletir sobre a importância da pesquisa acadêmica para dar respostas concretas ao trabalho do assistente social, tanto no âmbito acadêmico, como no âmbito da prática profissional.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL

As mudanças ocorridas no cenário brasileiro e no desenvolvimento da profissão de Serviço Social ao longo do século XX, conforme reflexões abordadas no capítulo anterior resultaram em mudanças no currículo das escolas para formação de assistentes sociais.

Entre 1950-1960 o curso superior de Serviço Social foi oficializado no país pela Lei n. 1.889 de 1953, que dispõe sobre as disciplinas que seriam base para a formação acadêmica. Entre as disciplinas propostas para a formação superior, estava a pesquisa social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Neste período, sob a influência do:

pensamento sociológico norte-americano, a pesquisa realizada pelo Serviço Social passou a contribuir de maneira significativa para o protagonismo e o reconhecimento profissional, ao evidenciar as situações de pobreza e marginalização de grupos e segmentos populacionais e servir para o direcionamento de ações institucionais (NOGUEIRA apud MORAES, 2013, p. 246).

Vale ressaltar que o desenvolvimento da prática da pesquisa investigativa e da produção de conhecimento científico ganha visibilidade em meados da década de 1960, com o Movimento de Reconceituação em torno da profissão, resultando no despertar do pensamento crítico no processo de trabalho do assistente social. A reconceituação da profissão despertou os profissionais a buscar instrumentos que proporcionassem uma prática de caráter exploratório, descritivo e no aprofundamento teórico-metodológico, um momento de reafirmação do Serviço Social como uma profissão de caráter interventivo para atender as novas demandas conjunturais apresentadas, inerentes às mudanças no cenário do país (SETUBAL, 2011).

Martinelli (1999) destaca sobre o referido assunto que:

O movimento de reconceituação, iniciado em 1965, propõe um novo significado ao Serviço Social, questionando o neopositivismo das ciências sociais e preconizando instrumentos mais eficazes para conhecimento e intervenção na realidade, a partir de uma dimensão político-ideológica expressa em práticas de cunho mais crítico. Portanto, é importante situar o

debate sobre o uso de técnicas de pesquisa em Serviço Social de forma integrada às questões teórico-metodológicas postas pela profissão, contribuindo para o movimento de superação de equívocos presentes na mesma, tais como: o Serviço Social carece de pesquisas científicas e não produz conhecimentos teóricos (MARTINELLI, 1999, p. 45).

A partir dos anos de 1960 verifica-se uma procura maior pela titulação em pós-graduação no Serviço Social, os profissionais passaram a sentir a necessidade de emergir ao nível de pós-graduação no Brasil, pois, até então, os profissionais da área buscavam titulação no exterior, “[...] registrando-se um fluxo quase exclusivo em direção as universidades americanas durante as décadas 1940 e 1950” (AMMANN, 1984, p. 157).

Nos anos de 1960 verifica-se uma demanda simultânea para as universidades de França, Holanda e Canadá. Ressaltando que a “[...] pós-graduação era uma exigência gerada na esfera acadêmica e no espaço da instituição e da conjuntura nacional” (AMMANN, 1984, p. 157).

Sobre a implantação do programa de pós-graduação no Brasil, Ammann (1984) destaca que:

No Brasil, a pós-graduação é oficialmente implantada em 1972, pelas Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Desde 1966, a Universidade Federal do Rio de Janeiro oferecia cursos de aperfeiçoamento e especialização, cujos alunos procediam de grande parte dos quadros docentes das universidades brasileiras. Esses cursos, bem como o Centro de Planejamento Social da PUC-RJ e a crescente exigência qualitativa quanto a monografias obrigatórias para a conclusão do bacharelado, reforçado, pelo movimento de reconceituação da profissão, constituem-se em fatores rigoroso de estímulo ao desenvolvimento do espírito de pesquisa e produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social (AMMANN, 1984, p. 157).

Deste modo, década 1970 é marcado pelo crescimento do Serviço Social nas esferas do âmbito acadêmico, com avanços na produção teórica e na bibliografia própria da profissão, momento de alargamento dos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. É válido ressaltar que, com a consolidação do programa de doutorado em Serviço Social houve uma significativa expansão de profissionais com capacidade para o ensino e a pesquisa, destacando-se nesse período, um crescente número na produção de conhecimento científico na área (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

A consolidação do Serviço Social no espaço universitário viabilizou o seu reconhecimento como área de pesquisa pelas agências de fomento, fez avançar a interlocução com distintos campos do saber, estimulou a criação de núcleos de pesquisa e de projetos interdisciplinares e interinstitucionais em nível de excelência, induziu o debate intelectual e a produção de

conhecimento, sobretudo com a expansão dos cursos de mestrado e doutorado e a implantação do pós-doutorado e da livre-docência em algumas universidades brasileiras (RAICHELIS apud YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 20).

Assim, a prática da pesquisa e da produção de conhecimento científico alcança visibilidade no âmbito acadêmico na década de 1980, momento em que os docentes com o papel de transmissores de conhecimento passam a incentivar os discentes na prática da pesquisa. Por volta de 1979-1982 a matéria de pesquisa conquistou seu espaço nos cursos graduação, período que foi implementada a pesquisa como parte do novo currículo mínimo, passando a fazer parte do elenco das disciplinas obrigatórias para a formação em Serviço Social, momento propício para o avanço da pesquisa nos espaços acadêmicos (SETUBAL, 2011).

A mesma autora menciona que:

Com a implantação do novo currículo mínimo, foi inscrita a partir de 1982 a matéria pesquisa, que após desdobramentos pelas diferentes unidades de ensino que contaram com a assessoria da ABESS, passa a fazer parte do elenco das disciplinas obrigatórias para os cursos de Serviço Social. No período compreendido entre 1979-1982, a disciplina sobre a importância da pesquisa para o Serviço Social é extrapolante aos muros das universidades, já que as associações regionais e nacionais da categoria refletem sobre a questão. É um momento propício para o avanço da pesquisa em nossa área, tendo em vista a veemência do reconhecimento da pesquisa como processo integrante da intervenção profissional na realidade concreta (SETUBAL, 2011, p. 104 notas).

Referente aos programas de pós-graduação e as conquistas acadêmicas do Serviço Social nos anos 1980 as autoras destacam que:

O Serviço Social brasileiro também avançou na cooperação internacional, em nível acadêmico e na organização profissional. A formação pós-graduação que se desenvolve nas universidades brasileiras ampliou-se para a América Latina e Europa, por meio de convênios com instituições estrangeiras, especialmente argentinas e portuguesas, e é responsável pela qualificação dos primeiros mestres e doutores naqueles países. No âmbito da produção científica, cresce o mercado editorial do Serviço Social no Brasil e no exterior, onde suas publicações são cada vez mais reconhecidas pela perspectiva crítica e qualidade intelectual (RAICHELIS apud YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 21).

Na passagem da década de 1980 para a década 1990, como resultado das conquistas da Reconceituação, no campo do Serviço Social passam a ser exigidos a formação de profissionais com um novo perfil, que pudessem dar sustentação às intervenções profissionais a partir de um pensamento crítico, com base no referencial marxista. A pesquisa nesse momento surge como uma forma de estimular a atitude investigativa no âmbito profissional e acadêmico (SPOSATI, 2007).

Neste contexto, a prática da pesquisa, como produtora de conhecimento científico, propiciou um entusiasmo para os profissionais. Foi verificado que a profissão passou a incorporar o debate sobre temas como direitos sociais, Estado e sociedade civil, o que demonstrou amadurecimento por parte dos assistentes sociais em suas reflexões e intervenções (SPOSATI, 2007).

Referente à prática da pesquisa, Bourguignon (2007, p. 47) destaca que:

A maior parte dos temas de pesquisa dos anos 80, e que prossegue sendo abordados nos anos 90, refere-se às políticas públicas na sua interface com o Estado. Exemplo disto é a temática Seguridade Social, a partir de seu marco histórico que é a Constituição Federal de 1988.

Vale lembrar que:

[...] os anos 1980 e 1990 foram adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para a regressão neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado frente à *questão social*. Nestes anos, em que as políticas sociais são objeto de um processo de reordenamento, subordinado às metas de estabilização da economia, em que a opção neoliberal passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado, novas questões se colocam ao Serviço Social, quer no ponto de vista de intervenção, quer da construção de seu corpo de conhecimento (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 22, grifo do autor).

Na década de 1990, em meio às transformações na sociedade e das formas como a questão social se apresenta, os assistentes sociais passam a buscar respostas para as demandas apresentadas pela sociedade, o que demonstrou um momento de amadurecimento da profissão, que já encontrava-se visivelmente comprometida com a classe a trabalhadora. No interior da profissão era visível “[...] um processo de construção e afirmação de um projeto ético-político comprometido com a cidadania e renovador da direção social da formação profissional” (BOURGUIGNON, 2007, p. 48).

Neste momento,

A prática da pesquisa no Serviço Social se põe como construção histórica que se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social, em suas múltiplas manifestações, tendo como referência a perspectiva teórico-metodológica crítica que sustenta a produção de conhecimento e a intervenção na profissão. Consolida-se no processo de construção e afirmação do projeto ético-político profissional, comprometido com a democracia e justiça social, materializado no Código de Ética de 1993 e no processo de Revisão Curricular, que fundamenta a formação profissional. Também se constitui na medida em que a profissão alcança maturidade intelectual, evidenciada pela produção teórica e capacidade de diálogo crítico, com diferentes áreas de conhecimento das ciências sociais e humanas (BOURGUIGNON, 2007, p. 50).

Assim, a prática profissional na atualidade deve levar em consideração que os processos sociais e a pesquisa da realidade social são indissociáveis ao exercício profissional, pois, é através da pesquisa investigativa que o profissional sistematizará as suas ações profissionais e poderá se aprofundar na análise da realidade apresentada pelos sujeitos sociais. A ausência da pesquisa leva o profissional mover-se por caminhos contrários ao que foi posto, tendo um distanciamento diante dos interesses dos segmentos da classe subalterna, tornando-se um profissional adormecido frente às necessidades oriundas das múltiplas expressões da questão social. Nesta perspectiva, é relevante ressaltar que a pesquisa é uma atividade imprescindível ao exercício profissional, pois, é através da mesma que identificamos as questões pautadas na realidade social (IAMAMOTO, 2004).

Deste modo, a prática da pesquisa viabiliza a participação do Serviço Social na produção de conhecimento, possibilitando o desvendamento das complexidades das relações histórico-social de estudo, contribuindo na construção de um conhecimento comprometido com o desenvolvimento social, na formação acadêmica ou institucional e na formação de sujeitos comprometidos com a prática profissional crítica e transformadora, vale apontar que foram 30 anos de profissão sem pesquisa, lembrando que a prática da mesma só se inicia na década de 1960 (SETUBAL, 2011).

A mesma autora ainda destaca que:

Quando o profissional se compromete de forma consciente e crítica com a prática da pesquisa, muitas das dificuldades apresentadas no âmbito de trabalho são enfrentadas, e a instituição, a partir desse momento, deixa de representar apenas um espaço de concretização de um agir profissional acrítico, para compor um campo de ação onde o refletir sistemático e o agir questionador dialoguem permanentemente (SETUBAL, 2011, p. 127).

Assim, verifica-se a importância que o assistente social busque se atualizar constantemente em uma construção contínua de conhecimento, considerando que as relações sociais são complexas e a sociedade dinâmica é imprescindível um posicionamento investigativo, crítico e fundamentado em referenciais teóricos que lhe der sustentabilidade em suas produções científicas. É válido ressaltar que, a pesquisa é um instrumento de suma importância na prática profissional do assistente social, pois, através de sua realização é possível elaborar políticas públicas que atendam as necessidades e especificidades dos usuários, formulando respostas

objetivas a intervenção proposta pelo profissional, além disso, é através da pesquisa que podemos entender a gênese da Questão Social, as situações particulares e os fenômenos singulares que permeiam a profissão (IAMAMOTO, 2004).

Setubal (2011) destaca que:

[...] a pesquisa, no Serviço Social, ergue a sua valorização profissional como prática crítica que não se limita a colocar na sua ação interventiva os conhecimentos advindos de outras realidades e de outras regiões do saber. Com isso, a liberdade científica do Serviço Social se fortifica, multiplicando o seu desejo pelo desvendamento da realidade, na qual a sua prática se constrói (SETUBAL, 2011, p. 133).

Assim, tanto no fazer acadêmico quanto no âmbito profissional a prática da pesquisa tem se mostrado um instrumento metodológico que possibilita um aprofundamento em questões que no cotidiano são tratadas com irrelevância.

A formação profissional e a pesquisa supõe o trabalho criativo, a autonomia intelectual, a competência teórico-metodológica fundada em conhecimentos críticos, visando à capacidade de desvelar objetivamente a realidade social em sua essência histórica. Segundo os pressupostos do CE, o ensino e a pesquisa devem estar dirigidos por um compromisso ético-político com a objetivação de conhecimento e de valores que possam contribuir para a ampliação dos direitos, da liberdade, da justiça social, da democracia, pretendendo dar visibilidade às particularidades e às possibilidades de intervenção profissional nessa direção (BARROCO; TERRA, 2012, p. 101).

Assim, verifica-se que a pesquisa e a produção de conhecimento científico possibilitam a reflexão da realidade apresenta exigindo do profissional competência teórico-metodológica pluralista, um desafio proposto nas novas diretrizes curriculares da profissão (BOURGUIGNON, 2007).

Nesse sentido, como aponta Cardoso:

[...] garantir uma formação profissional à base da pesquisa e sob a ótica pluralista, considerando que a dimensão investigativa se constitui um princípio e condição de formação e das práticas profissionais e que a postura pluralista supõe relações democráticas constituídas na interlocução crítica entre portadores de perspectivas político-ideológicas diferentes (CARDOSO, 2000, p. 16).

Visto a importância da pesquisa no âmbito acadêmico, Setubal (2011) menciona que, os pesquisadores na área de Serviço Social reconhecidos por suas produções científicas nacionalmente e internacionalmente despertaram para a importância da pesquisa e da produção científica ainda no período de graduação. No âmbito acadêmico a prática da pesquisa científica estimula o discente no desenvolvimento de suas potencialidades, promovendo no mesmo uma reflexão que faz despertar um pensamento crítico, levando o sujeito a acrescentar à prática da investigação e buscar pelo desvendar da realidade em suas experiências no âmbito profissional.

Assim, é válido enfatizar que “[...] a atuação na docência exige atitude propositiva, investigativa, e criativa ao processo ensino-aprendizagem em um campo de atuação com expressiva demanda aos assistentes sociais” (MARTINS, 2006, p. 221).

É importante destacar que as pesquisas realizadas devem atender às recomendações propostas no projeto Ético-político⁶ da profissão, visto que, a realização de uma pesquisa não possui validade apenas para conhecimentos da realidade apresentada por um grupo ou segmento da população usuária no cotidiano de trabalho do assistente social. A pesquisa como fonte de conhecimento deve também contribuir para a construção de estudos exploratórios que proporcionem clareza e conhecimento científico para a classe profissional (FRAGA, 2010).

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva. Portanto, as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa. Para que os estudos e pesquisas tenham utilidade social é fundamental, além da clareza do projeto ético-político construído coletivamente pela categoria, o domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, alicerçados pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização dos processos de trabalho, em qualquer espaço ou âmbito de atuação onde o assistente social o realize (FRAGA, 2010, p. 46).

O assistente social tem sua atuação voltada para diversos espaços de trabalho, diante da amplitude de sua ação profissional, além de seus conhecimentos específicos adquiridos na graduação, é necessário o profissional buscar um aprimoramento através de um aprofundamento teórico do local onde é voltado a sua atuação, por se tratar de um espaço sócio-ocupacional, é imprescindível um conhecimento da historicidade, das políticas sociais que podem ser acessadas pela população atendida, é indispensável uma busca constante por “[...] conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operacional, os quais o assistente social precisa apropriar-se no seu âmbito de atuação profissional” (FRAGA, 2010, p. 47).

⁶ O projeto ético-político tem como pilares básicos o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais/Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993 (Conselho Federal de Serviço Social, 1993a), a Lei de Regulamentação da profissão/ Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993 e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Este último pilar possui nortes básicos expressos nos documentos: Abepss, 1996; Diretrizes Curriculares, 1997 (FRAGA, 2010, p. 46 notas).

No campo das ciências sociais é comum a realização de pesquisas de caráter descritivo⁷, a qual oferece, mais intimidade entre o pesquisador e o objeto pesquisado, a mesma como fonte de conhecimento deve contribuir nos espaços sócio-ocupacionais para construção de estudos também de caráter exploratórios que proporcione clareza no estudo da população atendida (FRAGA, 2010).

Em análise à publicação de Antunes (2002), é importante destacar que, com as mudanças ocorridas no cenário do mercado profissional de trabalho dos assistentes sociais, é possível observar a precarização do trabalho profissional, a subcontratação, a terceirização e os contratos temporários, advento que tem encaminhado os profissionais a falta de compromisso ético com os usuários.

Barroco e Terra (2012) mencionam que o Serviço Social é uma profissão regulamentada com órgãos representativos CFESS (Conselho Federal de Serviço Social); CRESS (Conselho Regional do Serviço Social); ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social); ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), com um Código de Ética profissional e a lei n. 8.662/93 que regulamenta a atuação do profissional, onde descrevem-se suas competências na atuação no âmbito de trabalho, reafirmando através dessas normativas seu compromisso com a democracia, cidadania, igualdade social e liberdade.

A regulamentação legal da profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que tem força de lei, sendo judicialmente reclamáveis (IAMAMOTO, 2008, p. 224).

⁷ As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria (GIL, 2010, p. 27).

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxime da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que se aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2010, p. 28).

Deste modo, o assistente social, um profissional assalariado que possui capacidade intelectual para intervir nas demandas apresentadas pela sociedade, tem a esfera pública como seu maior empregador, sendo que o mesmo também encontra-se situado em espaços privados. Sendo assim, o assistente social em algumas instituições de segmento trabalhista possui uma relativa autonomia, encontrando-se em algumas instituições empregadoras uma atuação limitada em detrimento do sistema competitivo de trabalho, onde seu exercício profissional torna-se uma prática regulada ou até interferida pela entidade quando não atende seus parâmetros de exigências (IAMAMOTO, 2008).

A mesma autora destaca que:

Nesse processo de compra e venda de sua força de trabalho especializada, o assistente social entrega ao seu empregador o valor de uso específico de sua força de trabalho qualificado. Por um lado, essa atividade – como qualquer outro trabalho – implica transformação de uma matéria sobre a qual incide e à qual tem acesso pela mediação de seu empregador, além de concretizar-se em um resultado que tem objetividade material ou social. Decorre daí a necessidade de se reconhecer a qualidade dessa atividade, sua particularidade na divisão técnica e social do trabalho coletivo, ou seja, sua natureza peculiar, os meios necessários à sua efetivação, a matéria que transforma e os resultados que produz, nas várias inserções profissionais. Sobre a caracterização particular da natureza qualitativa de profissão vem se debruçando a literatura profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 218).

Sendo assim, diante das cobranças e excessivas carga horária o profissional tende a cair na rotina do cotidiano de trabalho, passando a executar uma atividade pragmática, cumprindo apenas com o que foi delegado pelo empregador, não tendo tempo para pensar sua intervenção ou buscar subsídios científicos que o proporcione maior visibilidade da realidade apresentada pelo usuário (IAMAMOTO, 2008).

Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento de ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto em espaços ocupacionais específicos (IAMAMOTO, 2008, p. 219).

Iamamoto (2008), em uma reflexão, analisa que as alterações no mercado de trabalho têm acarretado mudanças na atuação dos assistentes sociais em seus respectivos espaços empregatícios, voltando sua análise para o cotidiano de trabalho, onde as atuais condições têm impossibilitado o profissional na busca por conhecimento científico, onde o mesmo acaba sendo sobrecarregado perdendo sua “[...] competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos

fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desse sujeito social” (IAMAMOTO, 2008, p. 221).

Iamamoto (2008) ainda destaca que, diante da complexidade dos processos apresentados pela classe usuária nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, a pesquisa, como atribuição dos mesmos, merece atenção. Seu uso como produtora de conhecimento possibilita uma via que agregará valores na articulação com realidade apresentada (IAMAMOTO, 2008).

Entretanto, os processos sociais não tem uma refração imediata e automática, no mesmo ritmo temporal, na produção acadêmico-profissional. Se os processos que ocorrem na vida em sociedade impõem limites e descortinam potenciais alternativos para o exercício profissional, eles têm que ser apropriados e elaborados pelos agentes profissionais, configurando-se como desafios na esfera da ação e da produção de conhecimento, de modo a se transformar em propostas de trabalho e de pesquisa. Em outros termos, aquelas possibilidades emergentes na trama das relações sociais têm uma refração na órbita profissional permeada por inúmeras mediações até se moldarem como respostas de cunho teórico e técnico-político no campo profissional, seja ao nível da produção científica seja ao nível estratégias da ação profissional. Assim, se a profissão dispõe de condicionantes sociais, que ultrapassam a vontade e a consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente, forjando respostas profissionais (IAMAMOTO, 2008, p. 221).

Deste modo, Fraga (2010) analisa que a atitude investigativa no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais contribui para o estudo da realidade de uma forma dinâmica, proporcionando caminhos para sistematização da demanda apresentada pelo usuário. A atitude investigativa permite o profissional um olhar mais aprofundado diante da problemática que surge do cotidiano de trabalho, Fraga (2010, p. 52) em uma reflexão apresenta que a atitude investigativa é algo “[...] curioso, inquieto e sensível”.

A pesquisa científica e a prática da investigativa possui um grande valor teórico para a sociedade e para a classe trabalhando, pois através da utilização das mesmas, abre-se um horizonte que auxiliará na formação de futuros profissionais, e também agregará inúmeros benefícios nos espaços de trabalho para formulação de novos estudos que estabeleça um diálogo problematizador que possibilite uma visão crítica ao usuário, na perspectiva da viabilização de direitos sociais e inserção em políticas públicas. Resultando em uma aproximação entre usuários e profissional (BARROCO; TERRA, 2012).

Assim, é relevante enfatizar que, um dos maiores desafios na prática da pesquisa é a valorização do sujeito e suas particularidades. A pesquisa deve ter o compromisso

de pensar a totalidade na reprodução do cotidiano do usuário, dando visibilidade para o mesmo na produção (BOURGUIGNON, 2007).

A pesquisa para o Serviço Social deve gerar um conhecimento que reconheça os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos que são, capazes, também de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia, desvencilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade, tão presentes nas ações governamentais e políticas públicas. As pesquisas têm como possibilidade latente a valorização do povo, da riqueza de suas histórias, de suas experiências coletivas, mobilizadoras de novas formas de sociabilidade (BOURGUIGNON, 2012, p. 51).

Deste modo, a prática da pesquisa como produtora de conhecimento científico mostra-se de suma importância para o desenvolvimento da profissão frente os desafios da sociedade, o Serviço Social como profissão comprometida com a classe subalterna necessita ter uma compreensão e apreensão dos fenômenos que permeiam a realidade social dos usuários (BOURGUIGNON, 2012).

A preocupação com a centralidade que o sujeito ocupa nas pesquisas do Serviço Social não é ocasional, revela que a profissão tem suas ações e preocupação pautadas nas demandas dos usuários, que se expressam através das histórias de vida que trazem às organizações sociais, nas relações que movimentam no seio da família, trabalho e sociedade, nas raízes e expressões culturais que demonstram, nas carências socioeconômicas e políticas que exigem posicionamento do assistente social (BOURGUIGNON, 2012, p. 51).

O Serviço Social em sua gênese teve sua atuação voltada à subordinação, uma profissão que surge a partir de grupos vinculados a classe dominante, no primeiro momento a profissão voltava sua atuação para uma função doutrinária de cunho moralista, que tinha como objetivo a harmonização da classe trabalhadora (MONTAÑO, 2011).

O Serviço Social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, instrumento esse que modificar-se, constantemente, em função das características diferenciadas da luta de classe e/ ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 23).

Diante dos desafios postos através das demandas apresentadas na atualidade, é perceptível o desenvolvimento histórico da profissão que passa de uma simples intervenção de origem conservadora e doutrinária para uma atuação sustentada por um pensamento crítico com embasamento político ultrapassando a filantropia, a ajuda e o assistencialismo. Em algumas instâncias de trabalho é possível encontrar profissionais atuando apenas como meros executores sem ao menos contribuir para a formação de uma consciência crítica, sendo incapazes de conduzir o usuário a

pensar e problematizar sua realidade apresentada através das inúmeras expressões da “questão social” (MONTAÑO, 2011).

Assim, o mesmo autor Montaño (2011) faz a seguinte reflexão:

Desta forma, a formulação e a implementação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas novas profissões “especializadas”, dentre as quais o Serviço Social aparece para desempenhar seu papel, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, vinculada à execução terminal das políticas sociais (MONTAÑO, 2011, p. 33).

Assim é importante destacar que:

[...] o Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho –, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante (MONTAÑO, 2011, p. 31).

Assim, podemos por em questão que, o Serviço Social não tem seu surgimento voltado para a prática da filantropia, visto que, apesar das práticas de cunho conservador, a profissão tem sua gênese em um momento de transição de mercado, onde a mesma não aparece eventualidade, mais sim como uma forma política, sendo que, foi desenvolvida em benefício da classe dominante (MONTAÑO, 2011).

Diante dos desafios e limites encontrados na excussão da profissão é relevante mencionar que a profissão surge em meados de 1930 para impor limites e enquadrar os trabalhadores às formas desejadas pela classe dominante. Onde ter uma formação no curso de Serviço Social era uma alternativa profissionalizante na consolidação da profissão. Neste momento o país se encontrava em transformação no processo de trabalho e a classe operária gerava grande preocupação ao Estado em relação à “questão social” que permeava naquele momento (IAMAMOTO, 2002).

O assistente social em sua atuação necessita se envolver nas questões inerentes aos espaços sócio-ocupacional, o mesmo precisa através da busca permanente por conhecimentos científicos que encaminham a uma ruptura com as práticas acríticas e apolíticas, conhecer a historicidade para intervir de forma coerente na realidade apresentada cotidianamente pelos usuários (MONTAÑO, 2011).

Na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a *existência deste espaço que leva à construção profissional*. [...] não é a *continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização*, e sim a *ruptura* com elas (IAMAMOTO apud MONTAÑO, 2011, p. 32, grifo do autor).

Deste modo, os entraves encontrados no cotidiano de trabalho do assistente social em função das mudanças constantes no atual mercado de trabalho requerem do profissional uma constante atualização, uma forma de aprimoramento e aproximação com o sujeito em seus atendimentos, na realização de projetos, na docência e nas demais instâncias de trabalho (IAMAMOTO, 2004).

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e interventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2002, p. 49).

É importante ressaltar que a atualização, o fomento de pesquisas, a atitude investigativa, e a análise são competências calcadas na lei que regulamenta a profissão, (Lei n. 8.662/93), inciso VII, dispõe que, “ planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;”(BRASIL, 2010), enfatizando a da importância da pesquisa nos espaços de trabalho (BRASIL, 2010).

A pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a *solidificação dos laços entre ensino universitários a realidade social e para a soldagem das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-político* (IAMAMOTO, 2002, p. 273, grifo do autor).

Sendo assim, Iamamoto (2004) destaca que, com o uso da pesquisa, o profissional se dispõe de argumentos que subsidiarão respostas e identificação das demandas apresentadas, o assistente social em suas intervenções necessita se agregar do conhecimento e da historicidade de dada região, da cultura, dos desafios e dos limites apresentados pelos usuários em sua diversidade social, deve se mostrar um profissional “alimentado pela pesquisa” (IAMAMOTO, 2004, p. 274).

Sendo o Serviço Social uma profissão – e, como tal, dotado de uma dimensão prática-interventiva – supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social, que permita vislumbrar possibilidades de interferência nos processos sociais. Para isso a apropriação do acervo teórico-metodológico legado pelas ciências sociais e humanas e pela teoria social crítica, como pressuposto para aluminar a leitura da realidade, afigura-se como requisito indispensável, mas insuficiente. A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas informando a elaboração de propostas de trabalho que sejam factíveis, isso é, capaz de impulsionar a

realização das mudanças pretendidas. Em outros termos, o domínio teórico-metodológico só se atualiza e adquire eficácia quando aliada à pesquisa da realidade, isso é, dos fenômenos históricos particulares que são objetos do conhecimento e da ação do assistente social (IAMAMOTO, 2004, p. 273, grifo do autor).

Nos espaços acadêmicos é notória a respeitante importância da prática da pesquisa, tendo em vista, a relevância na produção dos trabalhos de formação acadêmica TCC⁸, e nos projetos de extensão, que auxilia o discente no desenvolvimento do intelecto durante o tempo de formação (IAMAMOTO, 2004).

A realização dessas pesquisas tem o papel fundamental no estudo dos fenômenos que agregará conhecimento tanto para o discente, quanto para a sociedade, uma prática que aguça o discente uma contínua busca por aprimoramento e desenvolvimento intelectual e para o futuro profissional (IAMAMOTO, 2004).

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Concretiza-se em um conjunto de atividades que constrói um vínculo orgânico entre a universidade e os interesses e necessidades da sociedade organizada em seus diversos níveis (MEC/UFJF/PRÓ-REITORIA DE ASSUSTOS COMUNITÁRIOS apud IAMAMOTO, 2004, p. 271).

Entretanto, dada à importância da pesquisa nos âmbitos acadêmicos e nos espaços de trabalho é válido retornar ao passado histórico da profissão e analisar o crescimento gradual das pesquisas e da produção de conhecimento científico, compreendendo que a prática da pesquisa ganha maior repercussão por parte dos profissionais na década de 1980, quando a profissão dá uma alavancada em suas produções e publicações (IAMAMOTO, 2011).

No atual momento observamos os avanços no campo da pesquisa no Serviço Social e o incentivo dos docentes à prática da mesma nas universidades e o crescimento das instancias de fomento de pesquisa (IAMAMOTO, 2011).

A área de Serviço Social encontra-se em crescimento, descentralização e amadurecimento, verificando-se a ampliação de convênios com instituições nacionais e internacionais, o aumento da produção intelectual –, com destaque à produção técnica – e a tendência de expansão e fortalecimento dos grupos/ núcleos de pesquisa. O corpo docente é composto, na sua totalidade, por doutores, vários com pós-doutorado no Brasil e no exterior, sendo que a maioria dos programas dispõe de veículos próprios de divulgação da produção científica (IAMAMOTO, 2011, p. 456).

⁸ Trabalho de Conclusão de Curso é uma monografia científica, exigência curricular para obtenção de diploma de graduação em Serviço Social. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o seu conhecimento, como resultado de um processo investigativo, a partir de uma indagação teórica, preferencialmente provocada pelo estágio. Ou seja, trata-se da problematização, teoricamente fundamentada, de um tema escolhido na experiência de estágio ou de pesquisa (IAMAMOTO, 2004, p. 286).

Desta forma, diante deste aparato sobre a prática da pesquisa no Serviço Social nos espaços acadêmicos e instâncias de trabalho, é válido ressaltar a emergência na produção de estudos para melhor conhecer e atender as demandas inerentes da relação antagônica entre capital e trabalho. É necessário uma articulação entre teoria e prática para a sistematização das demandas provenientes dos usuários (FRAGA, 2010).

Assim entende-se que compete ao assistente social uma busca constante à pesquisa e produção de conhecimento científico em consonância com o Código de Ética do Assistente Social, estudos que contribua para o aperfeiçoamento intelectual dos futuros profissionais e para respostas as demandas apresentadas cotidianamente.

3 METODOLOGIA

A proposta do trabalho é refletir sobre o olhar de docentes em Serviço Social sobre a relevância da pesquisa para a prática profissional.

Para tanto, foi utilizada como técnica a pesquisa exploratória, com a finalidade de proporcionar melhor esclarecimento do tema abordado (GIL, 2010).

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. [...] pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar (GIL, 2010, p. 27).

Desta maneira, a pesquisa exploratória tem como objetivo “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2009, p. 27), de todas as pesquisas sociais esta é a que “[...] apresenta menor rigidez no planejamento –[...] habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevista não padronizada e estudo de caso” (GIL, 2009, p. 27).

Assim é válido ressaltar que:

Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessário seu esclarecimento e delimitação, o que exige do pesquisador revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. –As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. [...] o produto final deste processo passa a ser um problema esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (GIL, 2009, p. 27).

Os sujeitos⁹ da pesquisa foram 4 docentes graduados em Serviço Social, que fazem parte do corpo docente do curso de Serviço Social da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Esta instituição é uma unidade de ensino superior privada, localizado na Avenida Vitória, nº 950, Forte São João, Vitória-ES.

No que se refere ao curso de graduação em Serviço Social da instituição, este foi autorizado pela Portaria nº 1047 de 20 de julho de 2000 e reconhecido pela Portaria nº 586, de 28 de fevereiro de 2005. Teve início da primeira turma ocorreu em 2000 e esta foi concluída no final de 2004/1 (PPC, 2010).

⁹ Vale ressaltar, que em caso de publicação e divulgação posterior do trabalho iremos retirar as informações institucionais referentes ao local de realização do estudo.

Vale sinalizar que o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo encontra-se fundamentado na legislação vigente e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social, aprovados em 08 de novembro de 1996 (BRASIL, 1999).

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológico e ético-político, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vista à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Para a entrevista com os, utilizamos a técnica da entrevista, a qual consideramos ser a mais adequada para o cumprimento do objetivo do estudo.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletivo (MINAYO, 2004, p. 57).

A opção da entrevista semi-estruturada se justifica por proporcionar ao entrevistado maior liberdade na hora de responder ao roteiro elaborado (APÊDECE A), permitindo também novas alterações e adaptações (MINAYO, 2004).

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se passível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevista semi-estruturada (MINAYO, 2004, p. 58).

Contudo, a forma de registro dos dados se deu através de gravação, onde foi utilizado um aparelho eletrônico digital, MP3, para registrar as respostas durante o tempo de entrevista, após a realização da entrevista o conteúdo gravado foi transcrito, tornando-se um documento relevante para a análise de dados.

Vale ressaltar que a escolha dos sujeitos entrevistados se deu por meio da seleção simples. Foi realizado um sorteio de 04 sujeitos num total de 09. Utilizamos uma sacola plástica onde colocamos os nomes dos 09 professores de Serviço Social, e sorteamos uma a uma até completar os 04, os quais seriam convidados para a participação na pesquisa. A escolha de 04 sujeitos se deu por acreditarmos que este número é representativo da população a ser entrevistada, no entanto, não há a intenção de generalização dos resultados obtidos.

Vale lembrar que houve a indisponibilidade de 01 dos sujeitos para participar da pesquisa fez com que retornássemos ao sorteio de mais 01 novo entrevistado.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro (APÊNDICE A) contendo questões abertas, tais como:

- 1) Fale sobre a relevância da pesquisa para a prática profissional dos assistentes sociais.
- 2) Aponte a relevância da produção científica produzida no âmbito do Serviço Social.
- 3) Quais os limites no cotidiano de trabalho do assistente social para a realização da pesquisa científica.
- 4) Qual a contribuição de docentes de Serviço Social para a formação de profissionais comprometidos com a prática investigativa.
- 5) Quais as ações docentes podem contribuir para a formação de discentes comprometidos com a prática investigativa.

Para a abordagem dos dados obtidos, consideramos que a adoção do método qualitativo proporcionou melhor interação com o fenômeno de investigação (MINAYO, 2004).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 21).

Para a análise de dados buscamos articular os dados coletados, a partir das entrevistas, com as reflexões tecidas ao longo do referencial teórico.

Os procedimentos éticos da pesquisa (APÊNDICE B) estão devidamente pautados na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), onde nos comprometemos a manter sigilosamente os dados confidenciais dos entrevistados (MINAYO, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item iremos apresentar os resultados obtidos a partir da fala dos sujeitos entrevistados. Como forma de garantir o anonimato dos mesmos, optamos por identificá-los como Entrevistado A, B, C e D.

Os dados foram organizados e analisados a partir das questões norteadoras, do roteiro de entrevista, que foram lançadas aos sujeitos entrevistados. Assim, a análise será apresentada da seguinte forma:

- 1) **A relevância da pesquisa para a prática profissional dos assistentes sociais.**
- 2) **A relevância da produção científica produzida no âmbito do Serviço Social.**
- 3) **Os limites no cotidiano de trabalho do assistente social para a realização da pesquisa científica.**
- 4) **A contribuição dos docentes de Serviço Social para a formação de profissionais comprometidos com a prática investigativa.**
- 5) **Ações docentes para a formação de discentes comprometidos com a prática investigativa.**

Ao perguntarmos sobre **a relevância da pesquisa para a prática profissional dos assistentes sociais** os entrevistados apontam que:

[...] contribui para o aprimoramento intelectual do assistente social, possibilita que ele tenha uma compreensão, um entendimento, uma **leitura da realidade**, da política social onde atua de uma forma mais profunda e ampla, **contribuindo para que o profissional tenha argumentos mais densos e fortes para fazer suas intervenções** na instituição onde atua. (ENTREVISTADO A).

A pesquisa para o exercício profissional é relevante, pois, através dela podemos produzir novos conhecimentos e também, podemos **conhecer a realidade** vivida pelos nossos usuários e assim **viabilizar propostas de intervenção** (ENTREVISTADO C).

Somente através da pesquisa é possível obter uma **análise/leitura fidedigna da realidade**, e, a partir desses elementos, se constroem o processo de trabalho. A **leitura da realidade**, em sua essência, **contribui com metodologias de trabalho que passam provocar transformações na realidade** (ENTREVISTA D).

Verifica-se a partir da fala de 3 sujeitos entrevistados a referência da pesquisa como possibilitadora da leitura e conhecimento da realidade. Na mesma direção de análise a autora Yamamoto aponta que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Deste modo de acordo com os entrevistados e com a autora acima entende-se que, a pesquisa científica no exercício profissional do assistente social, é um caminho que possibilitará ao profissional pensar e repensar uma intervenção que supere a teoria de raiz conservadora, levando o profissional ao comprometimento com as demandas e interesses apresentados pela classe trabalhadora, além de impulsionar o profissional a decifrar, propor, executar e administrar programas e políticas sociais para atender a classe usuária (IAMAMOTO, 2004).

Ao perguntarmos sobre **a relevância da produção científica produzida no âmbito do Serviço Social** os entrevistados A e B relataram que:

O Serviço Social é uma profissão que avançou muito no ponto de vista da produção teórica. Nos últimos anos, em especial, com o crescimento dos programas de pós-graduação no Brasil e com a diversidade de revistas, esses avanços tem possibilitado **maior publicidade aos estudos realizados dentro da profissão** (ENTREVISTADO A).

A pesquisa teve um papel importante no processo de constituição do projeto profissional, na saída da subalternidade e no fortalecimento do posicionamento crítico profissional. Garantiu ainda o estatuto de **maioridade intelectual para a profissão**, possibilitando uma **contribuição efetiva as diversas áreas do conhecimento e a conexão com as demandas da classe trabalhadora.** Além disso, a investigação e a intervenção estão articuladas nas competências/atribuições profissionais. A atitude investigativa e a pesquisa é parte constitutiva do exercício do assistente social (ENTREVISTADO B).

Verifica-se a partir da fala dos entrevistados que a profissão de Serviço Social avançou no que tange a sua produção teórica, o que possibilitou que os estudos realizados pela área tenham ganhado visibilidade. E ainda, há também a menção a importância da pesquisa no processo de construção do Projeto ético-político do Serviço Social tendo como resultado o rompimento com o conservadorismo e a aproximação com a teoria crítica de raiz marxista, assim como, o fortalecimento do compromisso firmado com a classe trabalhadora. Tais apontamentos vão ao encontro daquilo que Bourguignon (2007) discute.

No que se refere à consolidação da prática da pesquisa científica no âmbito do Serviço Social, é de suma relevância enfatizar que, a mesma ganhou visibilidade nos anos de 1980, momento de amadurecimento no que tange a produção teórica da profissão (BOURGUIGNON, 2007).

Deste modo, com a consolidação e visibilidade da prática da pesquisa no Serviço Social a área conquistou reconhecimento, em virtude da importância das produções científicas que tem agregado os espaços universitários (BOURGUIGNON, 2007).

Em sua trajetória histórica, a profissão, ao construir e reconstruir um legado teórico estabelece diálogo crítico com as outras áreas do conhecimento, sendo importante interlocutora no campo das reflexões sobre a questão social e seu enfrentamento através da política pública. Neste sentido, destacamos as ações, eventos acadêmicos, discussões e produções dos profissionais do campo sociojurídico, que nos últimos anos vêm ganhando expressões ao promover o debate sobre as particularidades da prática profissional neste campo (BOURGUIGNON, 2007, p. 48).

É importante ressaltar que a pesquisa tem maior ocorrência no ambiente universitário, pois, a existência dos programas de pós-graduação coloca a produção científica como exigência para os alunos (BOURGUIGNON, 2007).

A mesma autora ainda menciona que é “no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social, e é neste contexto que se enfrenta o desafio de construir articulações orgânicas, entre a produção de conhecimento e a prática profissional” (BOURGUIGNON, 2007, p. 49).

Ao perguntarmos sobre os **limites no cotidiano de trabalho do assistente social para a realização da pesquisa científica** os entrevistados apontaram:

Nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, a partir do cotidiano e da **excessiva carga de trabalho**, verifica-se a **ausência de horários para a produção de pesquisa ou realização de capacitação**. Além disso, a **dimensão investigativa tem se reduzido a meros levantamentos de dados e indicadores socioeconômicos** (ENTREVISTADO B).

Eu acho que o **principal desafio** do profissional na elaboração e execução da pesquisa **é o tempo**. O profissional tem uma **demanda grande** no seu dia a dia, o que o **impede** na maioria das vezes até em **refletir sua prática**, principalmente, **em relação a propor, elaborar e executar projetos**. Sabemos que isso faz parte das atribuições do assistente social, porém, também sabemos da dificuldade em conseguir realizar tal prática (ENTREVISTADO C).

Os limites muitas vezes estão relacionados à polivalência, à qual nós trabalhadores somos submetidos. O **desafio** consiste em **organizar, planejar seu trabalho** de modo que a **pesquisa seja parte integrada de sua prática profissional**. Com a pesquisa abre-se um leque de possibilidades em sua intervenção (ENTREVISTADA D).

Verifica-se a partir da fala dos entrevistados que o desenvolvimento da pesquisa nos espaços de trabalho profissional tem se configurado como um grande desafio, pois, os profissionais se deparam com entraves tais como: excessiva carga de trabalho; falta de tempo para a produção da pesquisa e dificuldade de planejamento do seu trabalho, para que a pesquisa seja integrante deste processo.

Nesse sentido, cabe refletir com Antunes (2002) que aponta que nos anos de 1980, as profundas mudanças no universo no trabalho, passam a ser sentidas pelos trabalhadores brasileiros, período em que se solidifica uma nova forma produtiva “[...] uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica, e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (ANTUNES, 2002, p. 23), as mudanças no padrão de trabalho ocasionaram inúmeras transformações que afetaram diretamente a classe trabalhadora.

Assim, “[...] A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração de produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 149), ocasionaram a precarização das relações de trabalho (ANTUNES, 2002), que afetaram também, o Serviço Social.

O assistente social é um profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho, um profissional que vende sua força de trabalho para o Estado e empresas privadas em troca de salário, é também, um profissional que sofre com as transformações no modo de regulação social, tais como: precarização do trabalho, terceirização da mão de obra, subcontratação, a polivalência, a queda do salário, os trabalhos temporários e a privatização (IAMAMOTO, 2004).

Guerra (2010) afirma que:

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornada de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras (GUERRA, 2010, p. 719).

Neste contexto é válido analisar e refletir o que a autora Guerra (2010) menciona:

Muito raramente a literatura no Serviço Social se debruça sobre as consequências geradas pela degradação das condições de trabalho e vida dos assistentes sociais. Por vezes, as ações repetitivas, rotineiras e acríticas, os imediatismos, a fragmentação do trabalho, a urgência em dar respostas, a necessidade de buscar soluções individuais, sendo responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso, acarreta doenças profissionais, submetidos que estão à pressão para resolver os problemas que requisitam respostas imediatas e urgentes (GUERRA, 2010, p. 722).

E válido concluir que a fala dos sujeitos entrevistados reafirmam o discurso dos autores em defesa da profissão.

Ao perguntarmos aos sujeitos entrevistados sobre **a contribuição dos docentes de Serviço Social para a formação de profissionais comprometidos com a prática investigativa** tivemos as seguintes respostas:

O **docente** é uma **peça chave na produção científica do campo do Serviço Social**, uma pelo próprio **caráter da atuação** e por estar em um **ambiente acadêmico de conhecimento**, e também por **agregar estudantes que se interessem pela prática da pesquisa**, e pelo fato que, as instituições de financiamento de pesquisa acabam priorizando os sujeitos docentes que estão inseridos em uma instituição de ensino (ENTREVISTADA A).

Sem dúvidas **o docente pode contribuir para que a prática de pesquisa seja incorporada pelos futuros profissionais de Serviço Social**. A prática da pesquisa pode contribuir para investigação da realidade social, além de buscar estratégias coletivas para uma intervenção profissional qualificada (ENTREVISTADA B).

A partir das falas dos entrevistados A e B verifica-se que o docente se configura como uma peça chave para a formação de profissionais de Serviço Social que tenham o compromisso investigativo.

Nesse sentido, vale ressaltar que ao exercer a docência é importante ter a consciência de que o profissional é responsável pela formação do discente. O professor é um profissional de suma importância para a sociedade de hoje, e não apenas um mero ministrador de disciplinas obrigatórias para a formação acadêmica. É válido enfatizar que a prática da docência encontra-se entrelaçada com a prática social, contribuindo assim, para as transformações da sociedade na contemporaneidade (PIMENTA, 2002).

E ainda,

O aperfeiçoamento da docência universitária exige, pois, uma integração de saberes complementares. Diante dos novos desafios para a docência, o domínio restrito de uma área científica do conhecimento não é suficiente. O professor deve desenvolver também um saber pedagógico e um saber político. Este possibilita ao docente, pela ação educativa, a construção de consciência, numa sociedade globalizada, complexa e contraditória. Conscientes, docentes e discentes fazem-se sujeitos da educação. O saber-fazer pedagógico, por sua vez, possibilita ao educando a apreensão e a contextualização do conhecimento científico elaborado (PIMENTA; ANASTASIOU; CAVALLET, 2003, p. 267).

Diante da reflexão realizada pelas autoras, sobre a relevância da docência para a sociedade contemporânea, é eminente apresentar as competências e atribuições encontradas no O Código de Ética do Assistente Social, que dispõe no “Art. 21-c informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 218), acerca da totalidade social e dos princípios para

a execução de intervenções que resultam em respostas para as demandas apresentadas pela sociedade (BARROCO; TERRA, 2012).

Deste modo, Guerra (2010) enfatiza que, no âmbito da prática da docência no Serviço Social é importante mencionar os desafios e limites encontrados para atuação nesses espaços, visto que, a precarização do trabalho desencadeou a baixa remuneração do trabalho do professor, os contratos temporários e a excessiva carga horária, o que demonstra a desvalorização da docência.

O trabalho do docente em instituições privadas tem como características os contratos temporários, a insegurança, a instabilidade, a rotatividade, o assédio moral por parte de patrões e até de alunos, a redução dos encargos trabalhistas, a desresponsabilização dos empregadores pelo pagamento dos direitos trabalhistas, a exemplo do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), a ausência da contribuição previdenciária, décimo terceiro salário, férias. Ainda mais, de um modo geral, o valor da remuneração do trabalho pago aos professores não leva em conta as titulações acadêmicas, nivelando-os por baixo, tudo com amparo legal (GUERRA, 2010, p. 729).

Assim, em reação ao incentivo à prática da pesquisa e produção de conhecimento científico para docentes nos espaços universitários, Guerra (2010) destaca que:

Poucos são os intercâmbios e convênios entre os programas e núcleos/grupos de pesquisa. Algumas poucas iniciativas, mas exitosas, têm sido realizadas por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e alguns convênios de Mestrado Interinstitucional (Minter) – Apesar de a produção brasileira na área ser muito requisitada por outros países da América Latina, temos dificuldade na sua circulação e possuímos raras experiências de convênios internacionais. Cabe mencionar que dadas às condições sob as quais o trabalho docente se realiza – em especial nas instituições privadas, tais como o contrato de trabalho horista, ausência de espaço físico, ausência de investimento institucional, dentre outras –, a pesquisa fica comprometida ou é resultado da iniciativa individual do docente (GUERRA, 2010, p. 733).

A falta de incentivo no campo de pesquisa e produção de conhecimento científico por parte das instituições de fomento tem se mostrado significativa, considerando que, a pesquisa em Serviço Social tem contribuído para o desvendamento das necessidades da classe trabalhadora, a ausência da mesma, encaminha o profissional ao esgotamento e ao empobrecimento teórico-metodológico em suas intervenções (GUERRA, 2010).

Ao perguntarmos aos entrevistados sobre as **ações docentes para a formação de discentes comprometidos com a prática investigativa** tivemos as seguintes alegações:

Os conteúdos ministrados em sala de aula suscitam a importância da atitude investigativa, principalmente da disciplina de TCC e na elaboração de projetos, esta especialmente, deve sugerir ao estudante

que aquela vivência possa estar em sua profissão científica. [...] **eu indico para o aluno que as experiências relatadas podem dar um bom projeto de pesquisa**, até para estimular o estudante a pensar teoricamente aquilo que a realidade, no sentido de superar a cotidianidade, de **produzir conhecimento daquilo que vivencia** [...] (ENTREVISTADA A).

O docente pode contribuir para a prática investigativa a partir da **mobilização e sensibilização dos discentes para a importância da pesquisa e da dimensão investigativa**. É necessário destacar a necessidade permanente da pesquisa para analisar as condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza; dos objetos de intervenção; das condições e relações de vida e trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Ou seja, é preciso **evidenciar a dimensão investigativa da prática como constitutiva do exercício profissional**, pois, para intervir, é preciso conhecer (ENTREVISTADA B).

O **docente pode contribuir através do incentivo ao discente no momento de sua graduação a participar de programas de Iniciação Científica e pesquisas vinculadas ao curso**. É importante que o **docente mostre a importância da prática investigativa tanto na graduação como na vida profissional**. No momento da graduação, é interessante que o aluno participe de todas as atividades realizadas na faculdade e também, extraclasse, principalmente, a pesquisa [...]. O **aluno que participa de pesquisa durante a graduação ele adquire novos conhecimentos, consegue vivenciar a realidade vivida pelo público usuário do curso de Serviço Social e também se destacar enquanto aluno** (ENTREVISTADA C).

A prática investigativa pode e deve ser estimulada em todo processo de formação. Através dos **debates em sala de aula e também das disciplinas específicas, que discutem sobre pesquisa** (ENTREVISTADA D).

A partir das falas dos 4 sujeitos entrevistados verifica-se a indicação por parte dos mesmos, sobre a possibilidade de desenvolvimento de ações no âmbito acadêmico, nos espaços das disciplinas, que contribuam para a formação de profissionais que privilegiem a prática investigativa.

No entanto, é válido destacar a importância da educação permanente ou formação continuada, pois, o cotidiano é repleto de senso comum que somado a precarização das relações e condições de trabalho pode reforçar práticas conservadoras.

Separar o joio do trigo não é uma tarefa fácil. Aprender o caminho coletivo da conquista, sem cair na alienação, exige dos assistentes sociais e militantes políticos estratégias de ação baseada na leitura desta mesma realidade e poder de interferência sobre os sistemas que mantêm este Estado (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 55).

Assim, a formação continuada torna-se fundamental para que o assistente social tenha um exercício crítico.

A política de educação permanente é voltada para promoção do aprimoramento intelectual técnico e político dos assistentes sociais como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos usuários (BRASIL, 2012, p. 28).

Nesse sentido, os profissionais que atuam na docência poderão contribuir para a expansão das pesquisas científicas e suscitar aos discentes a construir estudos que possam contribuir para a análise da realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 1980 no cenário brasileiro, ocorria a retomada de lutas pela redemocratização do país, momento marcado pela organização da classe trabalhadora, do movimento sindical, dos movimentos sociais e estudantis (MONTANÕ; DORIGUETTO, 2011).

Neste cenário que se encontrava o Brasil, se intensificava estudos relacionados seguridade social e sobre os direitos da classe trabalhadora. Momento que se deu em função dos novos padrões de organização do trabalho, tendo início o processo de reestruturação produtiva, que surge como uma resposta à crise econômica (SALVADOR, 2010).

As reivindicações e pressões organizadas pelos trabalhadores na década de 1980, em período de redemocratização no país, provocam a incorporação, pela Constituição Federal, de mais demandas sociais de expansão dos direitos sociais e políticos. Um dos maiores avanços dessa Constituição, em termos de política social, foi a adoção do conceito de seguridade social, englobando em um mesmo sistema as políticas de saúde, previdência social. Para viabilizar as inovações e permitir a efetiva implementação de um sistema de seguridade social no Brasil, Carta Magna estabeleceu uma ampliação das bases de financiamento para além da folha de pagamento, que passaria a ser composta também pelos impostos pagos pela sociedade e por contribuições sociais vinculadas (SALVADOR, 2010, p. 160).

A partir desse momento o Serviço Social com toda sua bagagem teórico-metodológica, incorporado por um olhar crítico para atuar de uma forma mais intensa na prática da pesquisa como fonte de conhecimento científico (FRAGA, 2010).

Com os avanços nos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado os profissionais acrescentam em sua prática embasamento teórico capaz de proporcionar um rompimento com o cotidiano pragmático nas estâncias de trabalho respondendo com mais clareza as demandas apresentada pela sociedade (FRAGA, 2010).

Podemos também analisar que a prática da pesquisa se integra a questão da ética profissional dos assistentes sociais, onde os mesmos em exigência da Resolução n. 196/96 tem por conduta a obrigação de exercer a ética com todas as pesquisas realizadas com seres humanos (BARROCO; TERRA, 2012).

A experiência investigativa e a vivência em Comitês de ética são espaços em que a ética se objetiva por meio de mediação que exigem posicionamentos e respostas profissionais. Na relação do pesquisador com

os participantes da pesquisa, nas questões postas pela própria pesquisa vão se desvelando novas perguntas, cujas respostas levam a novas mediações materiais ou ideais. Sua realização pode ter como resultado a objetivação de um valor, de uma prática, de um direito, enfim, de algo valoroso do ponto de vista ético e político; mas também pode resultar em respostas que ocultem as contradições reveladas e não materialize valores éticos tidos como positivo, constituindo-se em uma prática negativa de um valor ou de um direito (BARROCO; TERRA, 2012, p. 103).

A pesquisa surge como uma alternativa de intervenção nos espaços sócio-ocupacionais, que possibilita um olhar além do que é proposto, uma prática que agrega valores tanto para o profissional, sociedade e para o âmbito acadêmico, contribuindo assim, para uma formação crítica, consciente dos futuros profissionais.

Fraga menciona que:

[...] a atitude investigativa é o que fomenta uma ação do assistente social consistente, consequente e vice-versa. Enquanto a atitude investigativa um movimento constante de busca, questionamentos, debruçamento, planejamento para atuar na profissão, a ação profissional é consequência e, ao mesmo tempo, subsídio para essa investigação. Sendo assim, é preciso se desvencilhar dos limites do pragmatismo e incorporar a postura investigativa na ação do assistente social (FRAGA, 2010, p. 61).

Deste modo, em consonância com a prática da pesquisa como produtora de conhecimento científico, o Conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) e a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) como órgãos representativos que consolida a Política de Educação Permanente que destaca a dimensão da educação para a formação e aprimoramento e capacitação dos profissionais, ressaltando que a “educação permanente enquanto um instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional” (BRASIL, 2012).

Assim, visto a importância da educação permanente como instrumento de conhecimento, é válido ressaltar que a prática da pesquisa e da produção de conhecimento científico como fonte de uma construção qualificadora para as ações realizadas no cotidiano do âmbito de trabalho do assistente social.

Na realização do trabalho, sistematizamos a importância do uso da pesquisa no cotidiano de trabalho do assistente social e enfatizamos o surgimento da mesma na profissão, apontamos o momento da consolidação dos programas de pós-graduação, doutorado e mestrado. Momento de amadurecimento, onde a profissão dá um salto qualitativo em seus estudos e temáticas abordadas.

Essa amplitude temática é um privilégio da categoria, socialmente convocada a atuar transversalmente nas múltiplas expressões da *questão*

social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam (IAMAMOTO, 2011, p. 457, grifo do autor).

O presente estudo propiciou um entendimento das formas de trabalho e das limitações e desafios encontrados nos espaços sócio-ocupacionais, sendo importante enfatizar as formas de trabalho sobre as quais inúmeros trabalhadores se encontram em virtude da complexa relação de poder dos empregados e empregadores. Onde a precarização do trabalho se materializa com a terceirização, trabalhos temporários, subcontratos, extensas carga horária, a desregulamentação e flexibilização (ANTUNES, 2002).

Desta forma, a precarização do trabalho e as divergências nas relações de poder muitas vezes tem limitado a prática da pesquisa nas instâncias de trabalho, espaços onde os profissionais são sobrecarregados com a quantidade de demanda apresentada. Devido a essas complexas relações, observa-se profissionais engessados, rotineiro, e pragmáticos voltando suas práticas para o senso comum.

O assistente social é um trabalhador assalariado, com embasamento intelectual que trabalha frente os interesses da classe trabalhadora, tendo suas intervenções voltadas a expressões da “questão social” (IAMAMOTO, 2004).

Sua atuação do assistente social vai além de uma simples intervenção o Serviço Social tem sua atuação voltada para “[...] *à produção e reprodução da vida material*” (IAMAMOTO, 2004, p. 25, grifo do autor), que necessita buscar frequentemente conhecimento que lhe proporcione argumentos para intervir da realidade apresentada (IAMAMOTO, 2004).

Questão social, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalha os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2004, p. 28, grifo do autor).

Na elaboração da pesquisa foi realizado entrevistas, através das mesmas foi reafirmado o valor e a importância da prática da pesquisa no cotidiano de trabalho e nas instituições de ensino superior, onde o docente é um dos principais incentivados para a realização desta atividade. A pesquisa em Serviço Social avança em seus estudos da década de 1980 com o objetivo de promover estudos em benefício da classe trabalhadora, onde os estudos ainda em 1990 permeiam por esses caminhos.

A preocupação com pesquisa no Serviço Social teve um largo impulso nos anos de 1980. Vários encontros nacionais de pesquisa e/ou pesquisadores em Serviço Social foram realizados de 1983 a 1990. Os temas polarizadores estavam centrados na *formação profissional, movimentos sociais urbanos, políticos sociais do Estado* (Especialmente, saúde, e assistência), *história, teoria e metodologia do Serviço Social* (IAMAMOTO, 2004, p. 275, grifo do autor).

No seguinte trabalho consta um breve histórico do Serviço Social no Brasil, onde é retradado a trajetórias da profissão no país, seguindo assim, para a importância da prática da pesquisa na atuação profissional, contendo os desafios, limites e contribuições na prática da mesma, neste tópico é descrito as relações de trabalho e as limitações para a produção de estudos. Assim, a pesquisa mostra-se relevância da atitude investigativa para a profissão e para as intervenções realizadas nos espaços de trabalho.

È notório que a pesquisa em Serviço Social tem um largo caminho ainda a trilhar, visto que, a prática da mesma só ganha visibilidade nos anos de 1980, sua dimensão contribuirá nos dias atuais para a execução da prática de trabalho, onde podemos afirmar que na realização do referido trabalho contribuimos para conhecimentos de grande utilidade para a caminhada rumo aos desafios nos espaços acadêmicos e os espaços de trabalho.

Para discutir os caminhos da pesquisa no Serviço Social há que previamente detectar as tendências que se apresentam na realidade, como pressuposto para se elaborar um diagnóstico das exigências a serem respondidas em nível de ensino graduado e pós-graduado, condizente com o projeto profissional, coletivamente construída, criando bases para se formular uma política de pesquisa para a área (IAMAMOTO, 2011, p. 454)

Deste modo, a realização do presente estudo, contribui para uma visão mais ampla da importância da pesquisa nos espaços de trabalho e instituição de ensino, é importante ainda falar da necessidade na utilização deste instrumento para o aprimoramento profissional.

A complexa realização sócia dos últimos anos tem possibilitado aos pesquisadores sociais farta produção de inúmeras pesquisas, que, por sua vez, têm trazido grandes contribuições para as novas demandas da sociedade. Portanto, a decisão de se investir em pesquisa pode ser um excelente caminho para os profissionais e pesquisadores do Serviço Social. Talvez, por este motivo, os projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social, atualmente, tenham incorporado a criação de disciplinas que dão ênfase ao conhecimento de metodologias de pesquisa; os estágios têm se transformado em campos para o desenvolvimento não só da prática profissional, mas também de inúmeros ensaios teórico-exploratórios (pesquisas realizadas no campo de trabalho), e, finalmente, os trabalhos de conclusão de curso (TCC) tentam articular teoria e prática, a partir do conhecimento produzido pelas disciplinas de metodologia de pesquisa e a (re)significação ou problematização da prática, a partir das experiências nos

estágios. Obviamente, há que se somar às pesquisas do Serviço Social as monografias de especialização, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado que têm refletido a preocupação dos assistentes sociais com relação à produção de conhecimento, ao domínio das metodologias de sua produção e à escolha dos métodos e instrumentos de pesquisa mais da pesquisa mais adequados ao que deseja pesquisar (SIMÃO; SOUZA, 2008, p. 112-113)

Na atualidade nos deparamos com profissionais retrocedendo em suas práticas, lembrando que a ruptura com as teorias conservadoras foi uma luta dos próprios profissionais, na busca por conhecimentos que proporcionasse sustentabilidade em suas intervenções. Assim, diante da elaboração do trabalho tive a oportunidade de me deslumbrar e debruçar nas publicações sobre pesquisa para a profissão e para os discentes no tempo de graduação.

O desafio é afirmar uma profissão voltada à defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no País, e comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana: “ser radical é tomar as coisas pela raiz, e a raiz, para o homem, é o próprio homem” (MARX apud IAMAMOTO, 2011, p. 470).

Enfim, este estudo apresentou algumas relevâncias sobre os desafios impostos na realização da pesquisa para os assistentes sociais, o mesmo foi pensado e elaborado para fins de reflexão sobre a diversidade de possibilidades e limites que a pesquisa pode proporcionar ao pesquisador a partir das análises concretas apresentadas e desenvolvidas pelos renomados autores. O ato de pesquisar desafia o pesquisador a pensar e repensar sua intervenção, um ato capaz de produzir e agregar conhecimento para a prática profissional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. G. de. **Serviço Social e Filosofia**. Das origens à Araxá. 6º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMMANN, S. B. **ABESS. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano v, n. 84, p. 144-175, Abril 1984.

ANDRADE, M. A. R. A. de. O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 17 n. 1, p. 269-299, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. – 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BARROS, A. de J. P. de. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas/ Aidil de Jesus Paes de Barros, Neide Aparecida de Souza Leheld.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez; n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____; TERRA, S. H.; CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (organizador). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Katálisis, Florianópolis**, v. 10, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares**. Curso de Serviço Social. Brasília: Senado, 1999. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 13 março de 1993**. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: Senado, 2010. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. **Política de Educação Permanente**. Conselho Federal de Serviço Social: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Diretrizes Curriculares**. Brasília: Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CARVALHO, R. de; IAMAMOTO, M. V.. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 15^a. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, M. do C. B. de; NETTO, J. P. **Cotidiano Conhecimento e Crítico**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRAGA, C. K. Atitude investigativa no trabalho do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez; n.101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da pesquisa social**. 6.ed. – 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, p. 714-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, M. V.. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**, Capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, R. A. de S. Docência em Serviço Social: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 15 n. 1, p. 203-226, 2006.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 94-122.

_____. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. (org.). São Paulo: Veras Editora, (Série Núcleo de Pesquisa; 1)1999.

MASOTTE, M. T. **Formação do docente do ensino superior**. In: _____. Competência pedagógica do professor universitário. 1ª Ed. São Paulo: Summus Editorial.

MINAYO, M. C. de S. (Org) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 23ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especialidade” e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTANÕ, C.; DURIGUETTO, M. L.; **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, C. A. de S. A “viagem de volta”: significados da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 114, p. 240-265, abri./jun. 2013.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXVI, n. 84, p. 05-19, nov. 2005.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, S. G. **De professores, Pesquisa e Didática**. (Coleção Entre Nós Professores): Campinas- SP: Papyrus, 2002.

PIMENTA, S. G. ; ANASTASIOU, L. das C.; CAVALLET, V. J. Docência no ensino: construindo caminhos In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org). **Formação de Educadores Desafios e perspectiva**. 1ª. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SALESIANA, F. C. **Projeto de Plano de Curso: Graduação em Serviço Social**. Vitória: ES [2010]. (Em fase de publicação).

SALVADOR, E. **Fundo Público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**.

5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. O. da S. e. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÃO, A. B.; SOUZA, R. S. R. Pesquisa em Serviço Social: reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXIX, n. 96, p. 110-127, Nov./2008. .

SPOSATI, A. A participação histórica da pesquisa no Serviço Social. **Katálysis, Florianópolis**, v. 10, número especial, 2007.

VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

YAZBEK, M. C.; MARTINELLI, M. L.; RAICHELIS, R. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXIX- n. 95, p. 05- 31, Set. /2008.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

- 1) Fale sobre a relevância da pesquisa para a prática profissional dos assistentes sociais.
- 2) Aponte a relevância da produção científica produzida no âmbito do Serviço Social.
- 3) Quais os limites no cotidiano de trabalho do assistente social para a realização da pesquisa científica.
- 4) Qual a contribuição de docentes de Serviço Social para a formação de profissionais comprometidos com a prática investigativa.
- 5) Quais as ações docentes podem contribuir para a formação de discentes comprometidos com a prática investigativa.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TÍTULO DA PESQUISA:**

O olhar de docentes em Serviço Social sobre a relevância da pesquisa científica.

Eu, ELBA ROSANY MIRANDA SOARES DE MELO, aluna do Curso de Serviço Social da Faculdade Católica Salesiana de Vitória.

Tenho conhecimento e cumprirei os requisitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares. Responsável pela pesquisa que tem como objetivo: “O olhar de docentes em Serviço Social sobre a relevância da pesquisa científica.”. Orientada pela professora Miriam Cátia Vieira Basílio da Faculdade Católica Salesiana de Vitória.

Comprometo-me a manter a privacidade e confidencialidade dos dados utilizados nos documentos base desta pesquisa. Estou ciente de que os dados obtidos somente poderão ser utilizados para o projeto para o qual se veiculam.

Vitória (ES), ____ de _____ de 2014.